



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ÍTALO BRUNO ARAÚJO DAMASCENO**

**O TEMPO REVELA NOVOS RUMOS: IDEÁRIO REPUBLICANO SOB  
A ÓTICA ‘CAMALEÔNICA’ DE ANTÔNIO COELHO RODRIGUES**

**PICOS – PI**

**2019**

ÍTALO BRUNO ARAÚJO DAMASCENO

**O TEMPO REVELA NOVOS RUMOS: IDEÁRIO REPUBLICANO SOB  
A ÓTICA ‘CAMALEÔNICA’ DE ANTÔNIO COELHO RODRIGUES**

Trabalho apresentado à disciplina de TCC II, do Curso de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí. Sob orientação do professor Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

Aprovada em 19 / 06 / 2019

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro – Orientador**  
**Universidade Federal do Piauí – UFPI**

---

**Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe**  
**Universidade Federal do Piauí – UFPI**  
**Examinador Interno**

---

**Prof. Ms. Robson de Lima Fernandes**  
**Faculdade RSÁ**  
**Examinador Externo**

PICOS – PI

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**D155t** Damasceno, Ítalo Bruno Araújo.

O tempo revela novos rumos: Ideário republicano sob a ótica 'Camaleônica' de Antônio Coelho Rodrigues. / Ítalo Bruno Araújo Damasceno. -- Picos, PI, 2019.

70 f.

CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

“Orientador(A): Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.”

1. Política - Piauí. 2. Fontes de Informação (História).  
3. Antônio Coelho Rodrigues - Política. I. Título.

**CDD 320.98122**

*Elaborada por Rafael Gomes de Sousa CRB 3/1163*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
Coordenação do Curso de Licenciatura em História  
Rua Cicero Duarte Nº 905, Bairro Junco CEP 64600-000 – Picos-Piauí  
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: [coordenacao.historia@ufpi.br](mailto:coordenacao.historia@ufpi.br)

#### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos dezenove (19) dias do mês de junho de 2019, na sala 807 do bloco de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **ÍTALO BRUNO ARAÚJO DAMASCENO** sob o título “O TEMPO REVELA NOVOS RUMOS: O IDEÁRIO REPUBLICANO SOB A ÓTICA “CAMALEÔNICA” DE ANTÔNIO COELHO RODRIGUES.

#### A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Examinador 1: Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe  
Examinador 2: Prof. Me. Robson de Lima Fernandes

Deliberou pela aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 9,5.

Picos (PI), 19 de junho de 2019.

Orientador (a): Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Examinador (a) 1: Agostinho Júnior H. Coe  
Examinador (a) 2: Robson de Lima Fernandes

“[...] ele é um político ideólogo, incapaz de adequar o governo às circunstâncias e proporcionar a ação dele às necessidades do seu meio, e às condições do país e do tempo.”

Antônio Coelho Rodrigues

“Até hoje, digo sem medo de contestação, a política me  
tem levado mais do que traido.”

Antônio Coelho Rodrigues



ANTÔNIO COELHO RODRIGUES.  
\* 4 de abril de 1846 - + 1 de abril de 1912.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Fotografia disponível na obra: A República na América do Sul e um pouco de história e crítica oferecido aos latino-americanos, 1906. Brasília: Senado Federal, 2016 (Edições do Senado Federal – Volume 231). Disponível em: [file:///D:/001081044\\_Republica\\_America\\_Sul.pdf](file:///D:/001081044_Republica_America_Sul.pdf).

## AGRADECIMENTOS

Na vida passamos por diferentes tempos que nos ajudam a fortalecermos e crescermos enquanto pessoas. São tempos felizes e positivos assim como difíceis e tempestuosos, mas importantes para compreendermos a vida como ela realmente é.

Para a consolidação desse sonho acabei lidando com situações das mais diversas. A desistência pairou sobre meus pensamentos durante boa parte do meu percurso dentro do tempo do curso.

Por vezes me senti fraco, sem condições de continuar. Mas ao pensar no sacrifício dos meus pais, Veridiana e Francisco, e no tanto que lutaram para conseguirem melhores condições de vida para mim e meu irmão, Iago, me esforçava a seguir. A eles agradeço imensamente!

No decorrer da nossa vida conhecemos e desconhecemos pessoas que de uma forma ou de outra contribuem para o nosso crescimento. Deixarei claras aqui as minhas mais sinceras considerações aos amigos que a UFPI me proporcionou conhecer.

Grande Romário, muito obrigado pelas ajudas em diferentes momentos, pelos conselhos, pela sua amizade, que sei que é verdadeira! Levo você por toda minha vida como uma das melhores pessoas que conheci.

Agradeço também aos parceiros que estiveram comigo durante toda essa caminhada. Obrigado, José Henrique (Grande Delo), Thiago Aurélio, Douglas, Warison, Tiago Moura, Paulo Maurício, Paulo Lúcio. Galerinha do fundão que vou lembrar muito bem ao recordar-me desse tempo que vivi.

Agradecimento especial ao meu orientador, prof<sup>o</sup>. Dr. Francisco Gleison, por ter me ajudado na escolha do tema de pesquisa, em um momento em que eu estava sem norte, e por prontamente me receber e se interessar em me orientar. Muito obrigado, professor!

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que o trabalho que se segue, dentro do tempo percorrido em todo o curso, tenha sido concluído com êxito. Meu muito obrigado!

## RESUMO

O trabalho tem como foco estudar o piauiense Antônio Coelho Rodrigues como agente político de um tempo a outro. Nesse caso, utilizamos-nos das suas experiências do tempo para percebermos as questões políticas em evidência na passagem do Império para a República do Brasil. Fizemos uma linha traçando os caminhos rumados por Rodrigues em diferentes temporalidades, demonstrando a sua ‘camaleonicidade’ em meio ao ambiente e às circunstâncias políticas em que se encontra. Para a realização da pesquisa nos utilizamos do Jornal ‘O Piauí’ de 1869 a 1873, onde o nosso sujeito histórico inicia sua carreira política defendendo o Partido Conservador e o conservadorismo imperial. Posteriormente, analisamos as literaturas, “Um subdito fiel” de 1884 e “A república na América do Sul” de 1906, escritas por Rodrigues, para percebermos as suas investidas enquanto político tendente a um liberal-republicanismo. Baseamos-nos em historiadores que estudaram o tramite do Império para a República para contextualizar o trabalho, como Emília Viotti, Marco Napolitano e Ângela Alonso, dentre outros, assim como em monografias de alunos da UFPI-Picos que também escreveram sobre Antônio Coelho Rodrigues.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antônio Coelho Rodrigues; Experiências do tempo; ‘Camaleonicidade’.

## **ABSTRACT**

The work focuses on studying Piauí's Antônio Coelho Rodrigues as a political agent from time to time. In this case, we use their experiences of time to understand the political issues in evidence in the passage of the Empire to the Republic of Brazil. We made a line tracing Rodrigues' paths in different temporalities, demonstrating his' chameleonicity 'in the environment and the political circumstances in which he finds himself. To carry out the research we use the newspaper O Piauí from 1869 to 1873, where our historical subject begins his political career defending the Conservative Party and imperial conservatism. Subsequently, we analyze the literatures, "A Faithful Subdivision" of 1884 and "The Republic in South America" of 1906, written by Rodrigues, to understand his advances as a liberal-republican politician. We are based on historians who studied the process of the Empire to the Republic to contextualize the work, such as Emilia Viotti, Marco Napolitano and Ângela Alonso, among others, as well as monographs of students from UFPI-Picos who also wrote about Antonio Coelho Rodrigues.

**KEY WORDS:** Antônio Coelho Rodrigues; Experiences of time; 'Camaleonicity'.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. Os passos dados:</b> Situação do Brasil em fins do Império e instauração da República .....	16
1.1. Intempéries da experiência regencial: A organização política do Brasil .....	18
1.2. Ensaio de uma nova experiência do tempo: As décadas de 1870/80 e os novos pensamentos .....	24
<b>2. Jornal ‘O Piauí’:</b> Coelho Rodrigues, a política provincial e a imagem do Brasil Imperial .....	32
2.1. Jornais e o público: A circulação das ideias políticas na província do Piauí .....	33
2.2. Experiências do tempo no Jornal: Os posicionamentos políticos de Coelho Rodrigues no Brasil Imperial .....	42
<b>3. Do jornalismo à literatura:</b> A República nos escritos de Antônio Coelho Rodrigues .....	50
3.1. Um súdito fiel? Política liberal em cartas .....	51
3.2. Proposta de um novo tempo: A literatura republicana de Coelho Rodrigues .....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
<b>FONTES DE PESQUISA</b> .....	67
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	68

## INTRODUÇÃO

A proposta principal do trabalho é compreender a postura política do político piauiense Antônio Coelho Rodrigues frente à conjuntura provincial e nacional em que o mesmo está inserido. Nesse caso, perceber as experiências de Rodrigues no tempo imperial e posteriormente no pós-instalação do regime republicano. Para tanto, levamos em consideração a sua atuação inicial como redator e diretor do Jornal 'O Piauí' de 1869 à 1873. Pretendemos analisar, a partir do que se divulgava nos jornais da época, o nosso personagem como agente do tempo em que o imperialismo começa a acentuar sua crise.

Por outro lado, buscamos identificar um Rodrigues empenhado em formular um pensamento sobre os rumos do republicanismo nacional já em anos posteriores ao fim do regime monárquico. A sua literatura historiográfica nos ajuda a perceber os ideais que circulavam no período e influenciaram na sua escrita. Porém, antes de tudo é necessário que entendamos a própria conjuntura política nacional e os pensamentos político-ideológicos que contribuem para o desencadear da crise de um sistema imperial e a mudança para outro, republicano.

Essa pesquisa se torna importante para que possamos evidenciar no período um importante agente político piauiense inserido em seu tempo histórico, seus pensamentos e posicionamentos político-ideológicos frente ao meio em que está inserido. O trabalho é então relevante para que, partindo de um indivíduo, compreendamos as experiências de uma época em que os novos ideais impulsionam novas tomadas de decisões, resultando na mudança de regime. Logo, estudar o político Antônio Coelho Rodrigues é perceber os trâmites do Império para a República partindo da sua atuação frente aos fatos que se desenrolaram.

O nosso sujeito histórico, Antônio Coelho Rodrigues, nasceu em quatro de abril de 1846, na fazenda Boqueirão, atual município de Picos-PI. Tornou-se Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife no ano de 1866. No campo político foi Deputado Federal (1876-1878 e 1886-1889), Deputado Provincial (1869-1872), Senador e Prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Iniciou o projeto de um novo Código Civil em 1881. Foi filiado ao partido conservador.

A temática inicial da pesquisa foi decidida em orientação com o professor Dr. Gleison Monteiro. Quando me destinei ao mesmo para pedir que me orientasse em um tema que levasse em consideração o estudo sobre a escrita de um indivíduo acerca de um fato histórico, o professor apontou que seria interessante trabalharmos o político Antônio Coelho Rodrigues. Logo de início fiquei surpreso, porém, posteriormente, acabei adequando a ideia que tive e

lançei a proposta de considerar as experiências desse ator social no seu tempo histórico. A partir de então me dediquei a construir o trabalho em cima desse pensamento.

A pesquisa foi se desenvolvendo inicialmente com a leitura de monografias de acadêmicos da UFPI de Picos que também se dedicaram a trabalhar com temas relacionados a Rodrigues. A análise e fichamento desses textos contribuíram para que eu pudesse me orientar e propor a construção de um tema novo envolvendo, de certa forma, o mesmo personagem já trabalhado.

O diferencial da pesquisa desenvolvida quanto aos trabalhos produzidos está em demonstrar dentro de diferentes tempos históricos a maneira como um sujeito se adequa às condições do meio em que se encontra. Nesse caso, um estudo que engloba diferentes posturas políticas de um indivíduo que acompanha as mudanças operacionalizadas no decorrer do tempo.

Dos trabalhos utilizados como base para a pesquisa podemos destacar o de Marleide Rocha Moura, que trabalhou a ideia de formação da nação brasileira segundo Antônio Coelho Rodrigues<sup>2</sup>. Outra monografia considerada foi a de Lanny Mércia de Carvalho, que faz um estudo acerca do projeto de Código Civil escrito pelo mesmo, enfatizando a questão de gênero<sup>3</sup>. Além do texto da autora Rogéria Cristina Silva do Nascimento, que escreveu acerca da abolição da escravatura, partindo da perspectiva de Rodrigues quanto a essa questão<sup>4</sup>.

Posteriormente à análise desses trabalhos, fiz leitura e fichamento de bibliografias que trabalharam o período de transição do Império para a República como forma de me situar no tempo. Enfoquei na questão política que esses textos traziam nos seus conteúdos. Os principais historiadores utilizados como base foram: Emília Viotti da Costa, que traça um caminho apresentando a organização política nos trâmites de um regime a outro<sup>5</sup>; Ângela Alonso, para perceber melhor as ideias em trânsito no período que impulsionam os novos

---

<sup>2</sup>MOURA, M. R. *A formação da nação brasileira segundo Antonio Coelho Rodrigues*: Discussões acerca dos meios e caminhos para a soberania nacional. 2014. Graduação em História – Universidade Federal do Piauí – Picos – PI.

<sup>3</sup>CAVALHO, L. M. *Mulheres do século XIX e o projeto de código civil escrito por Antônio Coelho Rodrigues*. 2011. Graduação em História – Universidade Federal do Piauí – Picos – PI.

<sup>4</sup>NASCIMENTO, R. C. S. *Abolicionistas de ideia e de coração?* Abolição na perspectiva de Antônio Coelho Rodrigues 1884. 2011. Graduação em História – Universidade Federal do Piauí – Picos – PI.

<sup>5</sup>COSTA, E. V. *Da Monarquia à República*. 8. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

rumos tomados pela nação brasileira<sup>6</sup>; assim como Marcos Napolitano, para compreender o momento em si da virada para o republicanismo<sup>7</sup>; dentre outros autores.

O trabalho leva em consideração documentações que envolveram a participação do político Antônio Coelho Rodrigues. Inicialmente como relatado acima fizemos a análise da sua atuação como diretor e redator do Jornal ‘O Piauí’ de cunho conservador do ano de 1869 à 1873. Consultamos como fonte os seus discursos proferidos nos periódicos do Jornal e então pensamos o seu posicionamento político em âmbito regional, assim como nacional, ainda no regime imperial. Além dessas fontes jornalísticas, utilizamos as literaturas construídas pelo nosso sujeito histórico. Logo, buscamos perceber quais os pensamentos de cunho político articulados por Rodrigues nas cartas que destina ao Imperador e no seu livro “A República na América do Sul” de 1906.

Tais fontes representam um importante caminho para o desenvolvimento da pesquisa. Nelas constatamos um personagem que consegue adequar-se a ambos os regimes. São importantes então para percebermos um Rodrigues de certa forma “camaleônico”, e que se adapta à situação do seu meio. Um indivíduo que após a instalação da república questiona a ineficiência de uma organização que não atendeu às ideias que se proferiram e incorporaram a mudança de regime, mas que também se fez conservador. Uma dualidade que pretendemos desenvolver nessa pesquisa.

As fontes utilizadas podem facilmente ser encontradas em meio eletrônico. No acervo digital da Biblioteca Nacional<sup>8</sup> conseguimos ter contato com partes dos periódicos do Jornal ‘O Piauí’. As cartas<sup>9</sup> destinadas ao Imperador e o livro<sup>10</sup> escrito por Rodrigues estão disponíveis para serem baixados na internet.

Para proporcionar um sentido teórico ao trabalho utilizamos a ideia de experiência do tempo proposta por Valdeci Lopes de Araújo. Este emprega a expressão para apontar em um período os anseios de mudança histórico-político-social, mediante o desenvolvimento de conceitos novos aplicados à realidade que se pretende mudar<sup>11</sup>.

---

<sup>6</sup>ALONSO, A. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>7</sup>NAPOLITANO, M. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

<sup>8</sup>Para mais informações sobre o acervo digital da Biblioteca Nacional consultar site: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>.

<sup>9</sup>Para consultar as cartas acessar o site: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179443>.

<sup>10</sup>Para consultar o livro escrito por Rodrigues acessar o site: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/530471>.

<sup>11</sup>ARAÚJO, V. L. *A Experiência do Tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec. 2008.

Logo, por meio dessa ideia, queremos dizer que mediante os fatos que se desenrolam no decorrer do período em estudo os atores sociais acabaram ensaiando projetos visando estabelecer uma política organizacional para a sociedade brasileira diferente daquela até então vivida. A partir disso buscamos compreender o trâmite do Império para a República partindo das experiências de Antônio Coelho Rodrigues imerso em seu tempo, percebendo sua forma de atuação nos diferentes regimes.

Para não perdermos a linha do que queremos traçar no desenvolvimento do trabalho vamos por partes entender um pouco sobre as propostas que seguem em cada capítulo. Em um primeiro momento, abaixo do tópico “Os passos dados: Situação do Brasil em fins do Império e instauração da República”, buscamos propor um quadro historiográfico para perceber a situação, principalmente política, do Brasil de meados do século XIX até a virada para o século XX. Portanto, analisar as principais questões de âmbito nacional que contribuem para que o Império brasileiro seja desmontado e instaurada a primeira República do Brasil.

Como proposta de segundo capítulo com o título “Jornal ‘O Piauí’: Coelho Rodrigues, a política provincial e a imagem do Brasil Imperial”, pretendemos, dentro do contexto expresso no primeiro, perceber a atuação de Antônio Coelho Rodrigues como redator e diretor do Jornal ‘O Piauí’. Nesse caso, verificamos os conteúdos do jornal para identificar quais os discursos empregados no mesmo que nos ajudam a perceber a situação do Piauí, em particular, e do Brasil, em uma linha mais geral. Logo, temos em vista saber como Rodrigues se posiciona frente à situação que impera na época.

Lembrando que a partir de 1870 novos conceitos ganham corpo no Brasil. Coelho Rodrigues era político do Império e desempenhou atuação em cargos do governo. Levando em consideração essas afirmações nos propomos a entender a face do político nesse momento pré-republicano.

Como proposta de terceiro capítulo sob titulação “Do jornalismo à literatura: A República nos escritos de Antônio Coelho Rodrigues”, nos colocamos a analisar nosso personagem no pós-república. Nos debruçamos principalmente sobre a literatura produzida por Rodrigues. Com isso, pretendemos evidenciar seu posicionamento político tendente a um liberal-republicanismo e a proposta construtiva de Estado-nação brasileiro que o mesmo escreve, levando em consideração os novos conceitos e pensamentos da época.

## CAPÍTULO 1

### **OS PASSOS DADOS: Situação do Brasil em fins do Império e instauração da República**

No Brasil, os conflitos quanto à organização política são presentes durante boa parte da nossa história. Podemos perceber isso no regime colonial de dominação. Os princípios liberais importados da Europa incorporam os movimentos brasileiros ainda no século XVIII visando estabelecer novas bases organizacionais para a sociedade. Dessa maneira, muitas são as insurreições e conflitos contra as elites tradicionais beneficiárias do sistema de exploração colonial vigente.

Podemos destacar os movimentos que Emília Viotti da Costa considera para exemplificar as ocorrências revolucionárias em curso. Movimentos como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjura Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817)<sup>12</sup>, são reflexos da ação das experiências do tempo de indivíduos que idealizam uma estrutura tendo em vista a mudança de regime.

As ideias liberais europeias atingem em grande medida as elites letradas que possuem como principal intenção a liberdade para comerciar livremente seus produtos e garantir certo poder sobre a administração política na colônia. Já nesse período podemos perceber a organização de ideais importadas do exterior lançando bases para o firmamento dos interesses elitistas. Porém, no contexto brasileiro dessa época, os ideais liberais assumem sentidos mais restritos. O que queremos dizer é que nos deparamos com uma adequação das ideias liberais à realidade brasileira, não assumindo essas as mesmas características do liberalismo europeu. Segundo Viotti:

Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as Instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia. No Brasil, as ideias liberais teriam um significado mais restrito, não se apoiariam nas mesmas bases sociais, nem teriam exatamente a mesma função.<sup>13</sup>

Como demonstrado no final da passagem acima, as ideias liberais no Brasil assumem um sentido mais contraído. As elites coloniais brasileiras em esmagadora maioria não compactuavam com o fim do sistema escravista de produção. O tempo, termo empregado para designar as circunstâncias da época, revela a importância da separação política do Brasil

---

<sup>12</sup> COSTA, E. V. *Da Monarquia à República*. 8. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

<sup>13</sup> COSTA, Op. cit., p.32.

enquanto colônia, da sua metrópole, Portugal. Nesse sentido, o conceito de liberalismo segundo os idealizadores no Brasil do período liga-se mais à busca por autonomia política e econômica.

Isso é perceptível ao analisarmos o trabalho de Pedro dos Santos de Borba intitulado “O Brasil do Império à República”. O mesmo aponta para a hegemonia política do Brasil como um dos pilares das elites em união aos grupos europeus, principalmente a Inglaterra, para firmar no território brasileiro o que se considera “imperialismo de livre comércio”<sup>14</sup>. Isso esclarece as pretensões desse tempo.

Com a proclamação da independência em 1822 essas ideias firmaram os interesses elitistas. As experiências desse tempo mediante as suas circunstâncias históricas acabaram contribuindo para que os grupos coloniais no poder pudessem fazer valer os seus interesses idealizados. Como menciona Viotti:

Ficaria claro para quem e por quem tinha sido feito o país independente. Para as elites que tiveram a iniciativa e o controle do movimento, liberalismo significava apenas liquidação dos laços coloniais. Não pretendiam reformar a estrutura de produção nem a estrutura da sociedade.<sup>15</sup>

Levado em consideração a independência, como o ápice da experiência do tempo que liquida os laços coloniais com Portugal, busca-se consolidar uma nova estrutura de poder que se adegue melhor a uma nação agora independente<sup>16</sup>. Certamente, como postula Viotti na passagem acima, não percebemos investidas que incorporassem a sociedade de maneira geral no processo de tomada de decisões. O Brasil se fez independente, porém para as elites provinciais que se mantiveram no poder junto ao governo central, agora na figura do imperador Dom Pedro I. Nesse caso, mantiveram-se as mesmas conjunturas sociais e de produção que imperavam anteriormente com o regime colonial.

A grande mudança do período é percebida quanto à divergência de pensamento político-intelectual. No pós-independência o conceito liberalista amplia-se, sendo levado a materializar um jogo de interesses entre elites contra o poder exercido pelo imperador. Mediante Assembleias a oposição liberal visava diminuir a influência do monarca nas tomadas de decisões, assim como criticava “o seu favoritismo em relação aos portugueses,

---

<sup>14</sup>BORBA, Pedro dos Santos de. O Brasil do Império à República: Economia e política externa na transição hegemônica mundial. *Cadernos de relações internacionais*, PUC Rio, v. 04, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17778/17778.PDFXXvmi=>. Acesso em: 09/jun/2019.

<sup>15</sup>COSTA, Op. cit., p. 39.

<sup>16</sup>Ibidem., p. 133.

condenava a inexistência de liberdade de imprensa e protestava contra a prisão de políticos dissidentes”.<sup>17</sup>

Certamente não é o foco da pesquisa analisar a independência e seu contexto. Torna-se importante fazer menção a esse período para compreendermos quando começam a entrar no Brasil as ideias liberais que definem a partir daí as disparidades de pensamento que estruturam a política brasileira. As intempéries vividas com a colônia, a incorporação de novas ideias e sua aplicação mediante ação dos atores sociais proporcionou uma nova experiência do tempo para o Brasil, agora independente.

### **1.1. Intempéries da experiência regencial: A organização política do Brasil**

Em 1823, enfrentando os liberais que pretendiam acabar com o direito de veto do monarca, Dom Pedro dissolve a Assembleia Constituinte que estava acontecendo e no ano seguinte adota diversas medidas por meio de Carta Constitucional que contempla as suas propostas de governo. Dentre as medidas estão as que proporcionam ao rei a responsabilidade sobre a execução das leis aprovadas pelo Parlamento; o poder de vetar decisões que fosse negativa para o mesmo (Poder Moderador); assim como o de nomear altos funcionários da burocracia civil, militar e clerical.<sup>18</sup>

Essas decisões acabaram influenciando a forma como se organizou a sociedade política do período. Viotti aponta que nessa época arrocham mais ainda as relações de clientela e patronagem<sup>19</sup> desenvolvidas pelas elites no poder. Os altos funcionários designados pelo imperador para compor cargos importantes acabam conseguindo manter maiores domínios sobre as regiões que possuem influência. Além disso, o fato dos seus cargos serem vitalícios proporcionam condições para a formação de grandes oligarquias políticas.

Porém, as decisões tomadas pelo imperador não receberam adesão de todas as partes, o que gerou uma grande instabilidade que se alongou durante todo o Primeiro Reinado e a posterior Regência. Muitas das elites regionais, amedrontadas pelas medidas tidas como radicais adotadas pelo imperador conduzem levantes populares por diversas partes do Império. Como exemplo das sublevações contra o regime podemos citar a Confederação do

---

<sup>17</sup>COSTA, Op. cit., p 141.

<sup>18</sup>Ibidem.

<sup>19</sup>O sistema de “clientelismo e patronagem” perdurou durante todo o regime monárquico e também no pós-república. Consistia na ocupação de cargos políticos regionais por aqueles (Clientes) que mantinham relações de fidelidade às elites locais (Patrões).

Equador, onde as elites temerosas em perder sua autonomia política, rebelam-se. Além disso, vários outros grupos sociais acabaram por aproveitar a instabilidade para levantar a bandeira dos ideais federalistas e criticar a monarquia.<sup>20</sup>

Nessas revoltas os princípios constitucionais da Revolução Francesa se fazem presentes. Segundo Marcelo Figueiredo no seu artigo “Transição do Brasil Império à República Velha”, durante os processos operadores de mudanças, as pretensões por um governo representativo acabam se tornando realidade na mente de grupos sociais no Império<sup>21</sup>. São perceptível as divisões intra-elites políticas quanto a essa questão.

Arregimentam-se em polos opostos dois grupos elitistas, liberais e conservadores, com diferentes posicionamentos quanto a algumas questões de ordem social, econômica e política. Tais questões envolvem, dentre outros fatores, a legislação agrária, a abolição do tráfico de escravos e o recrutamento militar obrigatório.<sup>22</sup> Segundo Viotti as ideias divergiam no sentido de que:

Os liberais defendiam um sistema de educação livre do controle religioso, uma legislação favorável à quebra do monopólio por uns poucos. Opunham-se ao recrutamento militar, apoiava a liberdade de cultos, favoreciam a descentralização e autonomia das províncias e municípios. Os conservadores situavam-se do outro lado do espectro.<sup>23</sup>

Mesmo conceitualmente separando liberais e conservadores, muitos políticos da época se controvertem nas suas próprias posições. Isso implica dizer que mesmo se intitulando liberais algumas elites políticas adotam medidas conservadoras, e vice-versa. A exemplo de Bernardo de Vasconcelos e Evaristo de Veiga, como também do próprio José Bonifácio, que, quanto à democracia, adotam posturas conservadores, desprezando o povo e negando a sua participação política. Enquanto isso, por outro lado, são favoráveis à renúncia do imperador, medida liberal.<sup>24</sup> Antônio Coelho Rodrigues, como veremos adiante, também entra nessa lista de contradição.

Levando a cabo a postura assumida por Evaristo de Veiga no seu jornal *A Aurora Fluminense* podemos melhor entender as contradições em que muitos dos políticos da época se envolvem. Veiga anteriormente à abdicação de Dom Pedro I assume uma postura liberal, atacando por meio do jornal tanto monarquistas quanto republicanos. Essa posição porém

---

<sup>20</sup>COSTA, Op. cit., p. 146.

<sup>21</sup>FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. v. 13, n. 26, pp. 119-145, 2011. Cit. p. 122-123. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1378/1258>. Acesso em: 09/jun/2019.

<sup>22</sup>COSTA, Op. cit., p. 147.

<sup>23</sup>Ibidem.

<sup>24</sup>Ibidem., p. 148.

muda com a Regência, onde o mesmo tende a tornar-se mais conservador em suas ideias. Nesse caso, passa a atacar os liberais radicais, afirmando que esses eram responsáveis por prezar pela desordem e anarquia social:

Evaristo de Veiga, como muitos outros que passaram da oposição à situação, encontrou-se na defensiva. Homem do centro, ele sentia-se ameaçado por aqueles que conspiravam para fazer voltar o imperador, mas temia mais ainda os que queriam colocar as ideias liberais a serviço do povo.<sup>25</sup>

Essa tendência liberal conservadora de muitos dos políticos da época acaba gerando tensões que se avolumam com o fim do Primeiro Reinado e a consolidação da Regência. Isso acontece principalmente devido aos descontentamentos dentre os diferentes tipos de pensamentos dos atores que se revezam no poder durante o período. Enquanto uns tendiam ao conservadorismo, ou moderação liberal, outros tendiam a firmar o radicalismo liberal como política governativa.<sup>26</sup>

Jornais de tendência radical como, por exemplo, *A Nova Luz Brasileira*, tomaram corpo na época regencial. Lançaram críticas a Veiga e aos moderados conservadores, que eram tachados de traidores da pátria<sup>27</sup> e dos princípios liberais. Além do citado, o jornal *Jurujuaba dos Farroupilhas* criticava duramente a elite aristocrática brasileira. Tais jornais radicais da época pretendiam criar um projeto de nação que seguisse uma linha democrática. Dentre as principais reivindicações da *Nova Luz* estão:

[...] uma espécie de reforma agrária [...]. Recomendava ao governo que fizesse um cadastro de terras e um inventário de bens [...]. Condenava a escravidão e a discriminação racial, chegando a propor a emancipação dos escravos [...]. Sugeria também a abolição do cativo dos filhos de escravas. Pleiteava ainda a elegibilidade para todos os cargos e condenava o absolutismo e os privilégios da realeza. Sonhavam com uma federação democrática nos moldes norte-americanos, embora em nenhum momento fizesse profissão à fé republicana [...].<sup>28</sup>

Mesmo não aderindo ao republicanismo, percebemos que as reivindicações feitas pelos jornais radicais da época acabam sendo influentes para uma futura pregação mais bem assentada dos ideais republicanos. Nos próprios levantes que acontecem na sede do governo regencial no Rio de Janeiro havia quem falasse em República. Mais particularmente em junho de 1831 houve motins no Rio onde tropas insurretas de soldados voltados da guerra da Cisplatina, juntamente com parcelas populares, acabam se unindo a liberais radicais e

---

<sup>25</sup>COSTA, Op. cit., p. 149.

<sup>26</sup>Ibidem.

<sup>27</sup>Nova Luz Brasileira, 1831 apud COSTA, 2007.

<sup>28</sup>COSTA, Op. cit., p. 152.

protestam pela situação em que se encontram. Reclamavam seus direitos e o governo do povo pelo povo.<sup>29</sup>

Nos anos seguintes houveram maiores disputas entre liberais radicais e liberais moderados e conservadores. Em 1832 os liberais radicais com maior representatividade na Câmara dos Deputados conseguem a aprovação do Código de Processos. Porém, esse feito liberal acaba incidindo de maneira negativa perante as elites políticas conservadoras que em anos posteriores tendem a rever essa medida.

Já em 1834 outra conquista liberal era colocada em pauta. Com a aprovação do Ato Adicional o Conselho de Estado fora suprimido. Os conservadores, porém, com maioria no Senado, não aprovaram outras reivindicações. Essas seriam a extinção do Poder Moderador, a renovação do legislativo, nesse caso o Senado, assim como autonomia municipal, dentre outras. Mesmo com a aprovação do Ato, este logo foi criticado pelas elites conservadoras temerosos de ter seu poder autônomo local reduzido.<sup>30</sup>

A vitória dos conservadores nas eleições censitárias de 1836 garantiu um maior domínio desse grupo sobre o governo central. No Rio de Janeiro as elites conservadoras do café conseguem ampliar sua força no parlamento e juntamente com as elites de produção de açúcar do Nordeste e grupos exportadores e importadores conservadores tomam o poder central nas mãos. Tendo em vista essa conjuntura, em 1840 as elites políticas conservadoras, por meio do Parlamento, pretendendo restabelecer a ordem e assim fortalecer o governo central, reduzem a maioria do príncipe regente.

Ao realizar esse feito os conservadores adotam medidas que restabelecem o governo central e conferem maiores poderes às elites conservadoras. Tais medidas são intituladas como regressistas, visto que o Conselho de Estado anteriormente suprimido fora restabelecido. Além disso, com o novo Imperador sendo colocado no centro do governo, o Poder Moderador acaba sendo recolocado em ativa. Essas investidas acabaram se tornando um golpe duro na face dos liberais, pois tanto o Código de Processos como o Ato Adicional perderam sua funcionalidade.

Tendo em vista a perda de espaço na política mediante tais investidas conservadoras vários grupos radicais incitam levantes populares em diversas partes da nação. A experiência do tempo regencial nessa fase é composta de grandes interesses e isso contribui para que ocorram ferrenhas disparidades de pensar e agir na sociedade brasileira. “Uma onda

---

<sup>29</sup>COSTA, Op. cit., p. 153.

<sup>30</sup>Ibidem., p. 156.

revolucionária varreu o Norte e o Nordeste entre 1837 e 1848 (Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Praieira), e entre 1835 e 1845 a província do Rio Grande do Sul enfrentou uma devastadora guerra civil (Farrapos). Em 1842, irromperam revoluções em Minas Gerais e em São Paulo”.<sup>31</sup>

As bandeiras que os revolucionários radicais carregavam eram principalmente as que motivavam o espírito liberal e republicano. Muitas são as aspirações que influenciam as revoltas, assim como os diferentes vieses impulsionadores dos mais diversos setores que aderem aos movimentos. Enquanto haviam os que lutavam tendo em vista acabar com os privilégios aristocráticos, instituir o sufrágio universal, a liberdade de expressão, por outro lado haviam elites regionais que apoiavam as revoltas temendo a perda de poder local para o governo central mediante suas imposições.<sup>32</sup>

Segundo Alonso, os divergentes pensamentos elitistas da década de 40 acabam acentuando a polarização entre tendências conservadoras e liberais. Enquanto de um lado temos burocratas e donos de propriedades de terras agricultáveis e de colonização antiga. Do outro vemos profissionais liberais e proprietários produzindo para o mercado interno em áreas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os diversos interesses geram então essas “rivalidades”.<sup>33</sup>

A partir da abdicação de Dom Pedro I, os vinte anos que seguem cristalizam essa política conturbada brasileira. A radicalização dos impulsos revolucionários liberais acaba contribuindo para que tomassem forma dois partidos políticos, o liberal e o conservador. Em teoria, segundo Viotti, ambos partidos apresentam projetos políticos bastante diversos. Enquanto os liberais apoiavam o “federalismo, favoreciam a autonomia local, exigiam a abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado, opunham-se à vitaliciedade do Senado [...]”<sup>34</sup>; os conservadores prezavam por manter uma posição oposta.

Porém, o que se consolida na prática depois de vencidas as revoluções radicais é uma vinculação entre membros de ambos partidos. Conhecida como Conciliação, de 1852 estendendo-se por dez anos posteriores, confundem-se entre si lideranças políticas liberais e conservadoras. Dentro desse período os termos que designam os sujeitos, liberal e conservador, acabam deixando de possuir na prática o seu real significado teórico.

---

<sup>31</sup>COSTA, Op. cit., p. 158.

<sup>32</sup>Ibidem.

<sup>33</sup>ALONSO, A. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 66.

<sup>34</sup>COSTA, Op. cit., p. 159.

Ferreira Vianna, por exemplo, era uma importante figura do partido conservador. Ocupou cargo de deputado em várias legislaturas entre 1869 e 1889 e apresentava-se como um homem conservador [...]. Mas apesar do seu alardeado conservadorismo, Ferreira Vianna era um grande crítico do Poder Moderador, opunha-se à intervenção do Estado na economia e apoiava a autonomia local e das províncias.<sup>35</sup> Zacarias de Gois, uma das principais figuras do partido liberal [...], era um dos mais eloquentes defensores da Igreja no famoso conflito entre os bispos e o governo em 1874.<sup>36</sup>

Essa passagem serve para mostrar o quanto integradas estavam as elites liberais e conservadoras no âmbito político nesse momento. Assim como demonstrar que não há um respeito com relação aos programas dos partidos. Segundo Viotti, as disputas entre integrantes de ambos partidos estavam mais relacionadas com a competição entre facções e/ou famílias de prestígio para se manterem no poder e garanti-lo<sup>37</sup>. Isso implica dizer que em vez de uma disputa tendo em vista fazer valer a ideologia que diziam seguir, os interesses privados eram as principais motivações para as rivalidades.

Essa configuração, porém, é atravessada anos posteriores por uma crise. Essa acontece principalmente a partir da década de 1860, onde muitos representantes políticos elitistas conservadores acabam aderindo em massa aos programas liberais. Isso se deu por conta dos novos grupos de interesses que a partir da segunda metade do século XIX surgem, impulsionados pelo desenvolvimento econômico e as mudanças sociais em curso.<sup>38</sup>

A partir desse período avolumam-se as disputas políticas, influenciando em protestos e reivindicações radicais. Com a Guerra do Paraguai em curso a partir de 1864 e principalmente com a derrubada do ministério liberal, que fora substituído por um outro conservador, em 1868, é desencadeada uma grande onda de insatisfação que culmina na assinatura de um manifesto do partido liberal em favor:

[...] da descentralização, da transformação do Conselho de Estado em órgão exclusivamente administrativo, da abolição da vitaliciedade do Senado, das eleições diretas, da extensão do direito de voto aos não-católicos, da autonomia do judiciário, da criação de um sistema independente do Estado, da secularização dos cemitérios, da liberdade religiosa e da emancipação gradual dos escravos. Apesar do tom reformista, o manifesto não satisfaz os grupos mais radicais do partido e estes lançam outro manifesto exigindo a

---

<sup>35</sup>Raymundo de Magalhães Jr., *Três Panfletários*, 218-75.

<sup>36</sup>COSTA, Op. cit., p. 160.

<sup>37</sup>Ibidem.

<sup>38</sup>Ibidem., p. 164. Na segunda metade do século XIX, principalmente na década de 60, o Brasil começa a passar por transformações significativas. Enquanto na política novos grupos são formados e adquirem maiores integrantes, na economia novas oligarquias começam a adquirir força, como as elites produtoras de café em São Paulo.

abolição do Partido Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado e da escravidão.<sup>39</sup>

Essas reivindicações e o comportamento dos setores mais radicais acabam influenciando na gestação de um novo partido de tendência republicana. Seus principais questionamentos eram a falta de liberdade econômica, política e social<sup>40</sup>, unidas a muitas das principais causas defendidas pelos liberais, como as listadas acima. Esse novo grupo de idealizadores da república acaba sugerindo que seja realizada uma Assembleia Constituinte, a pauta que defendiam era a da mudança do sistema político.<sup>41</sup>

Daqui em diante o cenário das disputas envolvendo as diferentes personalidades em ação muda de perfil. Com as novas ideias surgindo principalmente a partir da década de 1870 atravessamos um momento em que as novas experiências circunstanciais acabam contribuindo posteriormente para a virada para um mais novo tempo histórico. Nas páginas que seguem abaixo do tópico seguinte buscaremos perceber os tramites que contribuíram para que a República fosse instaurada e a monarquia, deposta. Levaremos a cabo as influências dos políticos e intelectuais que pensam mediante os novos conceitos que surgem para assim proporcionar um novo rumo político para a nação brasileira.

## **1.2. Ensaios de uma nova experiência do tempo: As décadas de 1870/80 e os novos pensamentos**

A partir da década de 1870 percebem-se mudanças consideráveis em todos os sentidos dos aspectos social, econômico e político no Brasil. Os pensamentos aflorados na segunda metade do século XIX e generalizados a partir de 1870 contribuem para que o sistema organizacional da conjuntura brasileira seja transformado. Em conjunção com esse primeiro fator, as circunstâncias práticas que assolaram essa época permitem que se pense e se concretize uma nova experiência do tempo, nesse caso culminando com a instauração da república no final da década de 80.

Segundo Marleide Rocha no seu trabalho de monografia também sobre Antônio Coelho Rodrigues, a partir de 1870 o Brasil conhece um período em que o fluxo de novos

---

<sup>39</sup>COSTA, Op. cit., p. 165.

<sup>40</sup>PESSOA, R. C. *A idéia republicana através dos documentos*. São Paulo: 1973. Segundo Pessoa, as reivindicações que os republicanos exigiam eram: liberdade de consciência religiosa; liberdade econômica; liberdade de imprensa; liberdade associativa; liberdade educativa; dentre outras.

<sup>41</sup>COSTA, loc. cit.

pensamentos correm livremente dentre as várias províncias imperiais<sup>42</sup>. Esse aflorar de ideias que discutiremos a diante são responsáveis por influenciar na mobilização, por exemplo, dos jovens militares descontentes com o desenrolar da Guerra contra Paraguai, em favor da mudança do sistema político.

Não somente acontece uma revolta por parte das camadas do exército como também dentre diversos setores populacionais de maneira geral. As incursões contra os paraguaios demandam de capital para manutenção dos combates. De certa forma, o governo acabou contraindo dividas não apenas com relação às elites internas, mas principalmente aos estrangeiros, como à Inglaterra.

Juntamente com isso somam-se as insatisfações quanto aos recrutamentos para a Guerra. Em um primeiro momento, como aponta o historiador Johny Santana, muitas das camadas populares acabavam aceitando participar do conflito tendo em vista melhorar suas condições de vida, como por exemplo, com a obtenção de terras para produzir. Outros ainda, como no caso dos escravos, tinham prometidas as suas liberdades escravistas.<sup>43</sup>

No Piauí muitos são os que devotam os discursos nacionalistas do imperador e aderem voluntariamente à Guerra. A propaganda política tendo em vista a obtenção de apoio popular para o combate na província foi significativa. Porém, com os rumos desastrosos causados pelo conflito, não apenas no Piauí, mas de maneira geral, a insatisfação acaba exercendo grande peso sobre as bases do império. Com o desenrolar da Guerra aumentam as dificuldades de conter o “inimigo”. Isso faz gerar na sociedade brasileira uma insatisfação traumática com relação ao conflito e também quanto ao governo.<sup>44</sup>

Os reflexos da experiência da Guerra contra o Paraguai somam-se às mudanças de pensamento em andamento no período, ambos influentes para minar as bases do regime monárquico. As discussões políticas dentre os grupos liberais e conservadores da época, assim como os republicanos em ascensão, envolvem ideias e conceitos novos que permitem a incursão de novas posturas no jogo do sistema político da época.

Com medidas externas adotadas como, por exemplo, o fim do tráfico de escravos ainda nos anos 1850, ficam evidentes as mudanças internas no Brasil. A partir desse período a sociedade brasileira inicia um processo de transformações onde começa a decair o modelo econômico colonial de produção, a grande propriedade, e, em decorrência disso, o

---

<sup>42</sup>MOURA, Op. cit., p. 14-15.

<sup>43</sup>ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866*, Teresina: Edufpi, 2011.

<sup>44</sup>ARAÚJO, Op. cit.

desenvolvimento de práticas comerciais internas e um posterior crescimento urbano. Esses fatores acabam sendo generalizados a partir da atuação política do visconde de Rio Branco. Este, ao assumir o poder em 1871, adotou mecanismos que acabaram incidindo na maneira como a política vinha sendo conduzida.

Tendo em mente as disparidades dentre os diferentes grupos em atuação, como visto no tópico anterior, Rio Branco trás para o debate político um dos assuntos mais polêmicos de todo o regime imperial, a abolição da escravidão. Segundo ele, esta juntamente com outras medidas, seria o melhor meio para reestabelecer a ordem social abalada. Para tanto, se utiliza da lei do Ventre-Livre com vistas a “solucionar o problema gradualmente, dando à escravidão uma sobrevida de vinte anos, ao estabelecer o protetorado do senhor sobre o ingênuo. Mas suprimia por completo a perspectiva de reprodução do sistema escravista”.<sup>45</sup>

Essa alternativa era o principal caminho para o país atingir o processo de modernização econômica, segundo Rio Branco, visto que esse sistema já encontrava além dos empecilhos externos, uma realidade interna caminhando para a derrocada. Porém, as alas mais conservadoras e liberais moderadas da elite política da época vai se posicionar contra a medida colocada em pauta de discussão. Muitos vão afirmar que as atitudes radicais de Rio Branco acabavam abrindo espaço para o fortalecimento do republicanismo.

E de fato foi o que se sucedeu. Seu projeto modernizador não só fortaleceu o partido republicano, como o mesmo acabou sendo chamado para compor o governo em anos posteriores. Essas atitudes desestabilizaram a ordem conservadora instituída ainda no período Regencial. A política brasileira extravasava em crise, principalmente a partir da atuação do gabinete Rio Branco.

Além de mudanças no campo político e econômico, houve uma reforma social no país. Seu projeto modernizador de incentivo à vinda de estrangeiros para trabalhar no Brasil, assim como as reformas de ensino, permitindo o acesso de pessoas de status inferior ingressar em universidades, acabou gerando núcleos urbanos mais bem estabelecidos e que posteriormente questionam o regime monárquico com o sistema de clientela e patronagem.

A população cresceu nas cidades acompanhando o curso da economia. São Paulo era uma das que mais aumentava na época. Essa província muito se beneficiou das medidas empregadas por Rio Branco. A produção de café no sul teve um aumento considerável. A elite cafeeira se beneficiava tanto do tráfico interprovincial de escravos como da importação de mão de obra imigrante. Isso contribui para o aumento populacional da província.

---

<sup>45</sup>ALONSO, Op. cit.

Além disso, o governo Rio Branco fez proceder no país a ascensão de novos grupos sociais desvinculados do sistema escravista de produção e ligados às práticas de comercialização interna. Como afirma Alonso:

A urbanização ampliara o comércio e o leque de ocupações terciárias, a vitalidade econômica das novas áreas agrícolas adensara o volume de grupos sociais sem laço direto com os grandes proprietários que formavam a elite política. Além dos grupos novos, havia aqueles nunca plenamente integrados pelo regime monárquico: os estancieiros do sul, os pequenos proprietários, os pequenos negociantes e toda sorte de homens livres que não estavam em relações de dependência direta com a ordem escravocrata. (Carvalho Franco, 1978). A balança entre o poder político e a estrutura socioeconômica se alterava.<sup>46</sup>

Tal situação pela qual o Brasil passa a partir da década de 1870, generalizando em 1880, acaba gerando motivações para que a dinâmica estrutural da sociedade se configure de maneira diferente. O exército, insatisfeito com o descaso por parte do governo, mas vencedores da guerra contra os paraguaios, passam a se enxergar como “classe” e reivindicar melhorias.

Em concordância com isso, como afirma Alonso, o Brasil passa a acentuar uma feição híbrida. Enquanto por um lado pretende-se manter a ordem política imperial tradicional, por outro as mudanças já são realidade, como percebe-se na passagem acima. As discussões giram entre “trabalho escravo e trabalho livre, entre cidadãos educados ambicionando a carreira pública e a patronagem, entre o crescente apelo à lisura eleitoral e o veto à participação”<sup>47</sup>, pode-se até dizer entre economia agrária e uma inicial fase de industrialização. A dualidade já se faz presente.

Nos jornais circulam as informações com tons de mudança. A imprensa passa a exercer a função de acompanhar os acontecimentos nacionais e internacionais, divulgando dia-a-dia as notícias em pauta. Além de criticarem o governo e fazerem publicações de materiais que contribuía para a formação de um sistema de propaganda político-doutrinária. Um dos exemplos é o jornal do Recife “A Folha do Norte” (1883-1884), de propriedade de Martins Jr. Este fazia publicações diárias, “era barato, vendido avulso, [...]: era declaradamente republicano, abolicionista e positivista”.

Os próprios jornais conservadores como ‘O Piauí’, que Antônio Coelho Rodrigues fez parte, expõe nos seus conteúdos fatos que estavam se desenrolando e que eram tendentes ao liberalismo político. Os acontecimentos europeus eram evidenciados nas páginas do

---

<sup>46</sup>ALONSO, Op. cit., p. 93.

<sup>47</sup>Ibidem., p. 95.

Periódico. O próprio Rodrigues, como veremos adiante, no decorrer do tempo começa adquirir características liberais nas suas maneiras de agir.

Novos conceitos explicativos para a realidade brasileira são colocados em pauta nos jornais, como em ‘O Piauhy’. Várias correntes de pensamento, como o positivismo citado acima, assim como também o spencerianismo e o darwinismo, contribuem para o adensamento das mudanças de pensamento em curso no período. Com a cisão dos grupos elitistas pró e contra as mudanças, principalmente causadas com a política modernizadora dos conservadores moderados sob controle de Rio Branco, a ordem imperial se desestabiliza. Com o desencadear dos fatos no período há uma:

“[...] dilatação das possibilidades de manifestação pública de opiniões, de sorte que grupos marginalizados ou insatisfeitos com o arranjo político imperial adquiriram condições, senão de influir diretamente nas decisões políticas, ao menos de expressar publicamente seus pontos de vista”.<sup>48</sup>

Além da possibilidade de manifestação emergente a partir das décadas de 1870 e 1880 por parte de grupos tidos como marginalizados, os ocorridos já destacados contribuem para as mudanças socioeconômicas profundas na sociedade. A economia base do sistema monárquico se encontra em crise. Emergem os novos grupos praticantes da economia cafeeira, principalmente do Oeste Paulista. Logo, novas camadas sociais de poder aquisitivo entram em jogo, renovando a configuração social da época, o que influencia em peso nos ensaios para a mudança de regime.

Grupos de poder econômico engajados politicamente, mas que acabam sendo parcialmente marginalizados do processo de tomadas de decisões passam a se movimentar contra o regime. É o que acontece com as poderosas elites paulistas exportadoras de café citadas, assim como as mineira e gaúcha exploradoras da economia pecuária. Essas, segundo Marco Napolitano, não “criticavam a Monarquia porque queriam mudar as hierarquias sociais, democratizar a política ou acabar com a escravidão, mas porque se sentiam pouco representadas pelo imperador e viam no regime monárquico um dinossauro político que já não servia mais aos seus interesses”.<sup>49</sup>

O mesmo acontecia com políticos-intelectuais e profissionais liberais que não se sentiam beneficiados pela política imperial. Esses extratos acabam então aderindo aos ideais republicanos e liberais idealizando novas condições que um novo sistema poderia lhes

---

<sup>48</sup>ALONSO, Op. cit., p. 98.

<sup>49</sup>NAPOLITANO, M. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016. p. 9-10.

proporcionar. É a partir desse período que percebe-se na política brasileira uma variada motivação tendo em vista a mudança da face do sistema governativo. Segundo Alonso:

Os liberais republicanos exacerbaram a bandeira dos liberais radicais por reformas políticas, clamando por um sistema representativo federalizado; já os novos liberais eram precipuamente abolicionistas, em linha direta de continuidade com as reformas econômicas e sociais, de reorganização do regime de trabalho, iniciados pelos conservadores moderados.<sup>50</sup>

Personalidades como Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça foram grandes impulsionadores da política liberal republicana. Os mesmos estavam voltados ao desenvolvimento de negócios urbanos e práticas políticas que iam de encontro à ordem imperial. Foram jornalistas em partes das suas vidas e faziam críticas ao conservadorismo. “Bocaiúva dividiu com Saldanha Marinho, [...], a condução das atividades de propaganda em prol de um republicanismo liberal”.<sup>51</sup> Eram ferrenhos defensores do federalismo norte-americano. Todos esses visavam o estabelecimento no Brasil de uma política descentralizadora, uma república federal.

Outro grupo que fez frente ao regime foram os novos liberais. Insatisfeitos com as difíceis condições de ascensão política lançaram críticas ao sistema conservador. Rui Barbosa, por exemplo, quando redator-chefe do Diário da Bahia, deferia duras críticas ao imperialismo. Enquanto isso, Joaquim Nabuco tinha como objetivo atacar as bases que sustentavam o regime.<sup>52</sup> Ambos como representantes dos liberais novos buscavam por em prática os ideais de conservação moderada de Rio Branco. Nesse caso pretendiam superar a escravidão para atingir a desejada modernização econômica.

Os manifestos dos novos liberais estavam presentes em peso nos mais variados jornais da época, como no Jornal do Comércio (1880-1884) e O País (1886-1888). Principalmente após a divisão de dentro do Partido Liberal que assume o poder em 1878, os liberais com vieses mais novos passam a questionar a ordem imperial e suas bases de estabelecimento. Com a criação da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, são publicados periódicos como O Abolicionista. Segundo Alonso:

Para os novos liberais, a crise monárquica era uma crise estrutural cujo pilar era a escravidão. A modernização deveria seguir o movimento da Europa e dos Estados Unidos, e isto implicava sobretudo reorganizar o

---

<sup>50</sup>ALONSO, Op. cit., p. 104.

<sup>51</sup>Ibidem, p. 107.

<sup>52</sup>NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. São Paulo : Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo).

regime de trabalho e a própria divisão da propriedade, base da estrutura social e política do Império.<sup>53</sup>

Com a reforma do ensino proposta anteriormente com a política Rio Branco, tomaram corpo nos ambientes universitários os ideais de radicalização liberal. Núcleos das faculdades de direito, engenharia e militar começam a formar dissidências contra a ordem. Essas camadas contestavam principalmente por conta das suas condições frente ao sistema. Muitos dos jovens alunos das escolas de formação técnica, como a Militar, são de extratos da sociedade não beneficiados pela política conservadora. Tal condição contribui para a adesão dessas camadas aos ideais republicanos.

Professores e alunos insatisfeitos com a situação em que se encontram incorporam as ideias positivistas de Auguste Comte nas suas reivindicações. Foram fundadas “a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, o Clube Abolicionista da Escola Politécnica e um Clube Republicano secreto. Mendes e Lemos também fundaram com Aarão Reis o jornal *Centro Acadêmico* e o Clube Jovem América, ambos de propaganda republicana”.<sup>54</sup>

A grande maioria da “mocidade militar” durante toda a década de 1880 ampara suas manifestações nas teorias positivistas e científicas europeias. Pretendiam modernizar a estrutura do exército a partir do ideal de progresso. Visando tais mudanças fazem críticas por meio de organizações ao *status quo* imperial. Aderiram em massa ao republicanismo e federalismo visando lograr êxito nas suas pretensões com a mudança de regime. Realizavam leituras de obras que defendiam essas ideias. Segundo afirma Tasso Fragoso:

Liam os artigos de propaganda republicana e compareciam aos comícios em que se propugnava a abolição ou a mudança de regime. [...]. A *Federação*, órgão do grupo republicano rio-grandense-do-sul, redigida por Júlio de Castilhos, passava de mão em mão, era disputada e lida com entusiasmo; o mesmo se dava com os jornais republicanos de São Paulo. [...]. Não passava despercebido o núcleo republicano do Recife, cujos principais arautos conhecíamos de nome e de reputação.<sup>55</sup>

Essa grande adesão dos jovens do Exército aos ideais positivistas visando a mudança de regime foi também crescente devido o pouco interesse do imperador em atender às reivindicações daqueles. Após a guerra contra o Paraguai as forças militares “sentiam que o Império, com seu sistema de privilégios na atribuição de cargos e patentes e sua defesa da

---

<sup>53</sup>ALONSO, Op. cit., p. 118-119.

<sup>54</sup>Ibidem, p. 129-130.

<sup>55</sup>Fragoso, 1887 apud Araripe, 1960: 104-5.

escravidão, era um obstáculo à constituição de uma burocracia armada moderna e eficiente que os beneficiaria”.<sup>56</sup>

Essas manifestações dos mais diversos setores da sociedade brasileira acabam conhecendo um período em que a base principal do regime monárquico é abalada. O sistema escravista já não consegue mais se sustentar devido às pressões externas, assim como também internas realizadas pelos diferentes grupos contestadores da ordem. Com a supressão da escravidão em 1888 abala-se o principal pilar de sustentação econômico do Império que no ano seguinte acaba ruindo.

Tendo em vista essa conjuntura política da sociedade brasileira, o imperialismo já não consegue se sustentar visto as falhas que transpõem o seu recipiente de ordem. O desfecho final das experiências do frenético tempo dos pensamentos aflorados nas décadas de 1870 e 1880, que contribuem para a formação de grupos políticos de oposição ao *status quo* imperial, deu-se com instauração da República em 1889.

Porém, a partir desse período o que se percebe é a consolidação de um regime que na prática não desenvolve os pensamentos teóricos que impulsionaram a instalação da República. Monta-se nos anos que seguem um sistema de beneficiamento das principais elites políticas do período que impulsionavam as mudanças. A grande maioria dos grupos que também incorporaram as manifestações visando melhores condições continuou marginal da política. O tempo revelou novos rumos para o campo das ideias, porém na prática a república instituída na verdade não foi.<sup>57</sup>

Levando em consideração essa conjuntura nacional, buscaremos agora pensar como o político Antônio Coelho Rodrigues se encontra frente aos fatos do período. Partiremos das suas contribuições como diretor e redator do jornal piauiense “O Piauí” para sabermos como nosso personagem pensa e age em meio à crise que assola o regime imperial.

---

<sup>56</sup>NAPOLITANO, Op. cit., p. 10.

<sup>57</sup>CARVALHO, J. M. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

## CAPÍTULO 2

### **JORNAL ‘O PIAUHY’: Coelho Rodrigues, a política provincial e a imagem do Brasil imperial**

Segundo uma das afirmações de Antônio Coelho Rodrigues o mesmo deixa claro um motivo principal que o levou a se filiar ao Partido Conservador. “[...], como meus parentes já andavam mettidos com os primeiros, reuni-me a elles e fiz-me conservador [...]”<sup>58</sup> Muito comum na política brasileira da época eram as relações familiares como motivo para a tomada de posição no meio político. A política regional em muitas das províncias era impulsionada pelas rivalidades entre famílias com distintos pensamentos.

Como percebemos durante o que foi exposto no primeiro capítulo, a política no Brasil esteve configurada, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, de acordo com crescentes e distintos grupos políticos pró e contra a monarquia que rivalizavam a vigência do regime. Rodrigues se fez monarquista. Durante parte da sua atuação no regime imperial ele ocupou diversos postos na política piauiense e nacional. Bem jovem, com seus 23 anos, após ter se formado na Faculdade de Direito do Recife, nossa personagem já inicia sua entrada no meio político defendendo o Partido Conservador nas colunas do Jornal ‘O Piauhy’.

Na província piauiense constatamos no decorrer das décadas de 1860/70 a afronta entre os dois grandes partidos nacionais, liberal e conservador principalmente, arregimentados em meio aos grupos familiares com seus diferentes interesses envolvidos. Os jornais da época tornam-se ringues onde podemos presenciar o deferimento de golpes uns contra os outros para a defesa das suas próprias posições.

As influencias externas são sentidas e anunciadas nos próprios jornais. Os tempos já são outros. As experiências presenciadas a partir da segunda metade do século XIX deixam claras que a política já não pode tolerar um regime monárquico. Isso é sentido de diversas maneiras. Na província piauiense constatamos em meio aos jornais preocupações e anseios quanto aos rumos que o Império brasileiro e o tradicionalismo político devem tomar.

Novos pensamentos já começam a se fazer presentes na mente até mesmo de políticos que se dizem conservadores ferrenhos. Rodrigues, por exemplo, está envolvido em diferentes controvérsias quanto ao seu posicionamento político. Ao afirmar o seu conservadorismo

---

<sup>58</sup>RODRIGUES, Antônio Coelho. Manual do súbdito fiel, ou cartas de um lavrador a sua magestade o imperador. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1884, p. 12. Disponível em: [file:///D:/Um%20súbdito%20fiel%20%20ruptura%20e%20continuidade%20na%20transição%20da%20Monarquia%20para%20a%20República%20no%20Brasil%20\\_.pdf](file:///D:/Um%20súbdito%20fiel%20%20ruptura%20e%20continuidade%20na%20transição%20da%20Monarquia%20para%20a%20República%20no%20Brasil%20_.pdf). Acesso em: 15/dez/2018.

nosso personagem deixa em aberto um caminho para o questionarmos. Essa é uma das problemáticas que buscamos desenvolver nas paginas que seguem.

Logo, para darmos início ao nosso capítulo, levando em consideração o ser “camaleônico” Rodrigues, nos utilizamos dos jornais para termos conhecimento do que circulavam nos periódicos da época. No Piauí desse período os jornais eram um importante local de manifestação dos pensamentos políticos e bastante atuantes nesse sentido. Buscamos saber como Rodrigues expõe seus pensamentos no Jornal ‘O Piauí’, em início de sua carreira, e se o mesmo já ensaia, visto os questionamentos pelos quais está envolvido o Império a partir da década de 1870, novas maneiras de lidar com os rumos da política brasileira.

Além disso, torna-se de grande importância que evidenciemos as condutas políticas do nosso personagem no decorrer do seu tempo histórico de atuação no Jornal. Nesse caso, buscamos estabelecer uma análise dos principais fatos que influenciaram na forma como Rodrigues comporta-se em meio aos grupos políticos de influência da província e do Império. Focando na sua rumada final para uma nova direção política.

## **2.1. Jornais e o público: A circulação das ideias políticas na província do Piauí**

De maneira geral, no Brasil, os jornais do final do século XIX acabam exercendo uma grande influência em meio aos rumos políticos que o Império brasileiro devesse traçar. Com a saturação da política monárquica eclodem nas mais variadas partes do Império jornais oposicionistas que fazem frente aos jornais conservadores. No capítulo anterior pudemos analisar as disparidades de pensamentos quanto à política nacional, incluindo a participação dos jornais quanto a tais questões. Para reforçarmos essa ideia podemos considerar uma passagem de Márcia Pereira da Silva e Gilmar Yoshihara Franco no artigo de ambas que fala sobre política e imprensa no Brasil:

Em acontecimentos que precederam a Proclamação da República, como a campanha abolicionista, o movimento dos republicanos e o dos militares descontentes com a política imperial, exercitou-se o uso dos jornais para a veiculação de opiniões e a disputa de espaços de poder. Tais acontecimentos ganharam “dimensão pública” e densidade política por meio das páginas de periódicos que circulavam pelas ruas e praças das cidades, envolvendo diversos segmentos sociais nos debates colocados em torno das questões levantadas à época.<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup>SILVA, M. P; FRANCO, G. Y. Imprensa e política no Brasil. *Revista história em reflexão*, UFGD – Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, 2010.

Não é diferente na província do Piauí, onde a imprensa, veiculada pelos jornais impressos, está amplamente ligada à política e às disputas por espaço e influência de poder. Os acontecimentos de âmbito nacional, assim como provincial, que envolvem questões políticas dificilmente deixam de se fazerem presentes nos periódicos. Esses acabam retratando para o seu público principalmente o olhar de um político sobre a sua própria imagem. Logo, o jornal acaba se tornando um espaço tendencioso que vangloria os seus representantes e degrada aquele que lhe opõe e opõe os seus princípios.

Como retratado no livro de Ana Regina Rego, “Imprensa piauiense: Atuação política no século XIX”, a imprensa nas províncias do Império brasileiro no Segundo Reinado esteve empenhada em debater temáticas levando em consideração a soberania nacional. Nesse caso, os principais assuntos levantados nas páginas dos periódicos dialogam a respeito do curso político do Brasil.<sup>60</sup>

É certo que no Segundo Reinado a imprensa acaba ganhando maior liberdade. Tal fato contribui para que se formem as oposições tendo como meio condutor das suas reivindicações os jornais. Isso reflete diretamente na maneira como se configuram no Piauí, particularmente, as disputas políticas. Nesse caso, como se aglutinam as principais rivalidades da província. De um lado os conservadores, de outro, os liberais, assim como o nascente republicanismo, que já vem começando a obter espaço na política e em periódicos.

Todos os jornais com suas devidas tendências políticas consideram nas suas páginas questões importantes de serem debatidas e que leve em consideração o beneficiamento das suas partes. É certo que dentre os principais jornais que debatem, por exemplo, a questão escravista, não escrevem para os escravos. O público dos jornais no período é seletivo. No Jornal ‘O Piauí’, em que Rodrigues atua como secretário geral e redator, percebemos que a linguagem das publicações busca atingir aos indivíduos mais nobres e principalmente aos agentes das mais variadas tendências políticas.

Nesse caso, podemos perceber que o público-alvo está diretamente ligado àqueles que se fazem representantes de jornais. Logo, famílias renomadas, detentores de poderes locais, assim como letrados que também são de níveis sociais altos. Como consta numa passagem do livro “Contribuições ao estudo institucional da comunicação” de Lavina Madeira Ribeiro:

A imprensa do período imperial dialogava diretamente com aquelas instituições, grupos e indivíduos envolvidos no processo de consolidação da estrutura política, econômica e social do país. Pode-se afirmar que ela, de certo modo, pertencia ao conjunto de instituições básicas desta estrutura.

---

<sup>60</sup>REGO, Ana. Regina. *Imprensa Piauiense: Atuação Política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001. p. 46.

Muitos dos seus redatores e, por vezes, diretores e proprietários, advinham das camadas mais esclarecidas da sociedade, com passagens pela administração pública e pelo parlamento, alguns com títulos honoríficos aristocráticos e muitos, por isso, portadores de prestígio e reconhecimento público. Estes indivíduos formavam a esfera do debate público e, neste sentido, os parâmetros e procedimentos formais de conformação desta.”<sup>61</sup>

Dessa maneira, tendo em vista os principais grupos sociais para os quais os jornais da época estavam direcionados podemos nos amparar em Ana Regina Rego para escalarmos os mais variados periódicos piauienses que se destacam no Segundo Reinado na província do Piauí. Dentre os jornais liberais, por exemplo, podemos considerar “O Liberal Piauiense”, “O Echo Liberal”, “A Imprensa”.<sup>62</sup> Este último sendo o jornal que mais defere críticas a Antônio Coelho Rodrigues.

Do outro lado podemos destacar os periódicos que acabam recebendo grande influência do Partido Conservador. São, por exemplo, “A Ordem”, “A Época”, “A Phalange”. Além desses, já há a existência de jornais de tendências republicanas em expansão. Nesse caso, “O Amigo do Povo” de David Moreira Caldas recebe grande destaque.<sup>63</sup>

Apesar de fazer um panorama sobre os diversos jornais piauienses, Rego não explora e pouco menciona o Jornal ‘O Piauhy’ que tem Rodrigues como Secretário geral e redator. Este periódico, de tendência conservadora, passa a se tornar nosso objeto de estudo para esclarecermos algumas questões importantes de serem consideradas a respeito dos jornais e o público na província.

Inicialmente, devemos levar em consideração quais são as atividades que se fazem presentes no Jornal ‘O Piauhy’. Logo de início no próprio título no deparamos com o lema “O Piauhy: Órgão do Partido Conservador”. Comum dentre os periódicos desse período era a identificação clara do seu posicionamento político. Essa era uma maneira de destacar para o público a que grupo, seja familiar patriarcal ou institucional partidário, o dado jornal pertence e defende.

Sendo assim, como instituição tendenciosa ao Partido Conservador, esse periódico que perdurou do ano de 1869 a 1873 concentra no seu conteúdo uma gama de publicações que vão desde questões constitucionais da província e do Império brasileiro até respostas e deferimento de críticas aos jornais e políticos do partido adversário. São frequentes, por

---

<sup>61</sup>RIBEIRO, Lavina. Madeira. Contribuições ao estudo institucional da comunicação. Teresina: Ed. UFPI, 1996. p. 95.

<sup>62</sup>REGO, Op. Cit., p. 51-53.

<sup>63</sup>Ibidem.

exemplo, as referências ao Jornal Liberal “A Imprensa” com respostas a publicações feitas por este.

Antônio Coelho Rodrigues esteve envolvido em diversas das publicações do Jornal ‘O Piauí’, sendo inicialmente sempre bem reverenciado pelo periódico de que faz parte. Totalmente defendido nas páginas do Jornal, acaba sempre sendo feito de agredido e injustiçado quando responde a publicações e críticas feitas pelos jornais do partido liberal adversário.

Prática comum dentre os jornais da época eram as trocas de “farpas”. Não era diferente com Rodrigues e o Jornal ‘O Piauí’, onde o público acabava assistindo a um jogo de sagazes políticos que sabiam como se defender e defender os seus postos.

É interessante percebermos como Rodrigues se defende em um dos seus discursos proferido na 56ª edição do Jornal ‘O Piauí’. Ele mesmo se intitula na própria descrição da passagem como uma humilde pessoa respondendo a um questionamento vindo de um inimigo externo, nesse caso do Jornal “A Imprensa”. “Acho-me tão habituado a sofrer os seus assaltos [da Imprensa], que menos me admira a reprodução delles, do que o aparecimento casual de um echo da verdade nas columnas da *Imprensa*”.<sup>64</sup>

A citação mostra de forma clara como o mesmo ironicamente provoca os seus adversários políticos. Ainda nessa mesma publicação podemos perceber um dos motivos principais para que “A Imprensa” tenha escrito questionamentos à Rodrigues. Este maliciosamente acaba afirmando seu erro, mas confirma não deixar de perder a razão ao deferir suas críticas, e se fez errado foi “sem intenção”. Isso comprova a ideia de defesa dos seus postos e partidos, seja por correta ou incorreta conduta dos envolvidos:

Toda essa bilie derramada contra mim [fala das críticas] nasceo do juiso franco, que emitti no Piauí à respeito dos homens, que podião pôr-se a frente do partido liberal desta província: Entretanto – fallo com a mão na consciência, – se errei no que disse à tal respeito, foi sem má fé e sem malicia.<sup>65</sup>

Nesse caso, o que podemos perceber é que ambas as partes se justificam tendo em vista as suas defesas e dos seus partidos. As colunas da Imprensa com uma escrita mais arredia e menos rebuscada reproduzem a imagem do seu partido na busca por espaço na província. As inquietações quanto às críticas feitas por Rodrigues a políticos liberais comprovam de maneira prática a postura liberal assumida no jornal.

---

<sup>64</sup>Antônio Coelho Rodrigues. **Jornal ‘O Piauí’**. Teresina, 1869, n. 56, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217204&pesq=>. Acesso em: 17/dez/2018.

<sup>65</sup>RODRIGUES, Op. cit.

Enquanto isso, os jornais conservadores, como ‘O Piauí’, em uma linguagem mais rebuscada, expressa a sua própria maneira de se posicionar como representante de um partido tradicional e forte. Porém, com o passar do tempo percebe-se que no Piauí o Partido Conservador, visto a situação da conjuntura nacional, vai também entrar em crise. Algo que analisaremos adiante. O que nos interessa por enquanto é percebermos as desavenças políticas como componentes dos jornais, em especial do Jornal “O Piauí” e a atuação de Rodrigues.

Levando em consideração um questionamento feito em uma publicação desse periódico ao “Liberal Piauiense” nos deparamos com uma situação que muito se repete. Quanto às administrações provinciais recaem duras críticas do partido adversário. No periódico de ‘O Piauí’, número 58, podemos perceber o empenho dos representantes conservadores em redigir um texto vangloriando a atuação dos administradores provinciais conservadores e ao mesmo tempo criticando os adversários pelo motivo desses publicarem artigos questionando a dita administração.

O que se sabe ao certo é que durante esse período os jornais que se fazem adversários sempre estão nesse embate de buscar sobrepor o outro, politicamente falando. Para isso deferem golpes por meio de críticas ou calúnias. Outro fato interessante de ser mencionado e que de certa forma nos ajuda na prática a perceber essa ideia é a resposta de Antônio Coelho Rodrigues a outra publicação do Jornal “Liberal Piauiense”.

Os jornais deixam transparecer até mesmo questões mais subjetivas. No caso da publicação do periódico liberal existe uma acusação de que dois irmãos de Rodrigues obtiveram cargos por meio de “arranjos de família”.<sup>66</sup> Não interessa saber se de fato houve ou não influência nas nomeações, mas perceber que na postura de conservador Rodrigues publica uma nota explicativa no seu Jornal defendendo sua integridade, e assim também a do seu partido. Buscando livrar-se de qualquer culpa e também de certa forma tornar o seu adversário vilão, caluniador.

É dessa forma que é conduzida a imprensa no Piauí da época. O público-alvo presencia sempre esse vai e vem de acusações e defesas. Isso também é sentido na própria candidatura de Rodrigues ao cargo de deputado geral pela província. Como político conservador ele acaba sendo diversas vezes assunto dos seus adversários do Partido Liberal, o que é refletido nos jornais.

Exemplo disso são publicações do Jornal “A Imprensa” que acabam denegrindo a imagem política de Rodrigues. Afirmações do periódico apontando para a falta de habilidade

---

<sup>66</sup>RODRIGUES, Op. cit., n. 69, p.3.

de um jovem de menos de 23 anos para conduzir a política piauiense em âmbito nacional.<sup>67</sup> Uma investida no sentido de barrar a própria candidatura do político conservador.

Após ter conseguido vencer a disputa pelo cargo de deputado geral, partindo no dia 8 de abril de 1869 com exatos 23 anos de idade para a capital imperial, não cessam críticas ao mesmo. O partido liberal escudado pelo jornal “A Imprensa” continua a deferir críticas negando a capacidade de Rodrigues em defender o Piauí no Parlamento. No Periódico de ‘O Piauí’, número 90, os representantes desse Jornal publicam um texto em defesa de Rodrigues quanto a essa questão. Duas citações mostram a indignação e a resposta do Jornal Conservador aos adversários:

Quem conhecer de perto o nosso distinto e talentoso amigo, o Exm. sr. dr. Coelho Rodrigues não poderá deixar de sentir a mais viva indignação ao ler a crítica nojenta que lhe faz a *Imprensa*, no seu último número.

[...]

O Exm. sr. dr. Coelho, moço como é, pode não ter ainda aquella experiência que só os annos adquirem; mas é certo também que nem sempre é ella filha do tempo, que muitas vezes é suprido pelo mais acurado estudo.<sup>68</sup>

Em muitas páginas do periódico repetem-se situações como essa. No número 98, por exemplo, mais uma vez o Jornal ‘O Piauí’ defende Rodrigues de acusações vindas dos contrários políticos. O adversário que o critica é o Jornal “Liberal Piauiense” afirmando que o mesmo acaba desconsiderando os liberais na representatividade geral que exerce na câmara. É interessante que se perceba o tom com que o Jornal ‘O Piauí’ acaba empregando em defesa de Rodrigues quanto a tais acusações, buscando desdobrar a situação e apresentar uma justificativa para negar o inimigo:

A illustrada redacção do *Liberal Piauiense* agredindo o nosso amigo de uma forma tão injusta, que se poderia chamar selvagem, cahio em notável contadição, ao mesmo tempo que deu uma copia pouco lisongeira do seu cavalheirismo; porque ao passo que increpava rudemente ao Dr. Coelho o ter feito gravíssimas censuras aos liberais d’esta provincia, na camara temporaria onde estavam indeffezos, esquecia-se completamente que o illustre deputado também estava distante desta capital cerca de tresentas leguas, e que a sua furiosa verrina teria ficado sem resposta si entre os numerosos amigos do Dr. Coelho não houvesse um que, sacrificando as próprias forças a sua dedicação, corresse a imprensa no sentido de deffender a reputação do amigo, fortemente atacada, mas nem de leve comprometida.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup>RODRIGUES, Op. cit., n. 173, p. 1.

<sup>68</sup>Ibidem, n. 90, p. 2.

<sup>69</sup>Ibidem, n. 98, p. 2.

Em resposta a acusações como as feitas pelo “Liberal Piauihyense”, Rodrigues escreve no periódico de número 128, de 1870, uma passagem onde critica e busca defender sua posição e do seu partido de representações liberais. Na ocasião do discurso o mesmo se contrapõe ao Conselheiro Paranaguá, representante da assembleia legislativa provincial do Piauí e liberal. O fato que se desenrola é o desentendimento político entre o Conselheiro e conservadores do Piauí, resultando por vezes em demissões de cargos provinciais. Esse impasse acaba impulsionando Rodrigues a criticar a postura do Conselheiro.<sup>70</sup>

O fato é que durante esse período os conservadores estão pouco representados na província. A crise é visível não apenas particularmente, mas em âmbito geral. A guerra contra Paraguai afeta os ânimos sociais e contribui para que se pense em mudanças na política. Mesmo assim, ambos os lados continuam a se defender e defender seus postos. Rodrigues, por exemplo, como deputado geral, lança diversas críticas a indivíduos adversários na província como forma de os perseguir e acabar com suas posições e privilégios.

Em uma ocasião anterior à citada acima, ao discursar na câmara dos deputados, Rodrigues questiona a atuação do tenente-coronel José Lustosa quanto à convocação de 230 voluntários da pátria do Piauí para atuarem na Guerra contra o Paraguai. O político conservador acaba colocando em pauta a ocorrência de supostos desvios de verbas na convocação desses voluntários e de 14 balsas que conduziriam os convocados de Paranaguá à Teresina.

Além disso, cita o caso de Jovita Alves Feitosa e questiona a inclusão dela como voluntária, afirmando ser tal feito divergente da ordem do governo imperial. Rodrigues ainda questiona se “nas contas prestadas pelo tenente-coronel Lustosa foram incluídas as despesas feitas com essa mulher, e no caso afirmativo, quem auctorisou essas despesas”.<sup>71</sup> Tais acusações nos proporcionam uma visão clara de altercação partidária.

É interessante percebermos que na ocasião Rodrigues acaba não contrariando a administração do conselheiro Paranaguá e afirma que não tem intenção de “ferir o nobre conselheiro que durante tantos annos dirigio e dominou o Piauihy”.<sup>72</sup> Porém, Rodrigues critica e acusa um indivíduo que certamente é influenciado pelo Conselheiro e pelo seu partido. Isso gera uma infundável disputa dentre as partes. Não afirmamos em linhas gerais que esse último

---

<sup>70</sup>Antônio Coelho Rodrigues. **Jornal ‘O Piauihy’**. Teresina, 1870, n. 128, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217204&pesq=>. Acesso em: 22/dez/2018.

<sup>71</sup>RODRIGUES, Op. cit., 1869, n. 98, p. 2-4.

<sup>72</sup>Ibidem, p. 3.

impasse tenha provocado a indisposição do Conselheiro perante Rodrigues e os conservadores, mas certamente é algo contribuinte para este feito.

O certo é que a atitude do Conselheiro Paranaguá contra esses últimos não é um fato isolado. Como já discutido no capítulo anterior, nas décadas de 1870/80 intensificam-se as mudanças de pensamento político no Brasil. Os novos tempos impulsionam as mais variadas manifestações contra o conservadorismo imperialista. Os liberais, assim como os republicanos em expansão, acabam exercendo peso sobre políticos conservadores e famílias tradicionalistas em diferentes aspectos.

No Piauí, como vimos, isso se concretiza. Percebemos, mediante as análises do Jornal ‘O Piauí’, que o Partido Conservador principalmente a partir das décadas mencionadas sofre o peso das mudanças operadas pela expansão liberalista e republicana. No periódico de número 128 do ano de 1870 os próprios redatores do Jornal manifestam-se e deixam transparecer a fragilidade em que se encontra o Partido por conta da ligação do presidente da província Dr. Luiz Antônio Vieira da Silva aos liberais. Uma passagem deixa clara a indignação do Jornal quanto a esse fato:

O ‘Piauí’ censurando e profligando a administração do Sr. Dr. Luiz Antônio, não tem feito mais do que mui fracamente repetir as queixas, e manifestar a geral indignação e descontentamento que lavra em todo o partido conservador, que por certo não podia ser indiferente ao modo franco e desabrido com que S. Exc. tem offendido os seus brios e dignidade, tornando-o victima aplacadora das iras do conselheiro Paranaguá e sua gente, a quem S. Exc. não cessa de dar as mais significativas provas de sua dedicação.<sup>73</sup>

O fato é que os conservadores nesse período são duramente contrariados em administração. Como afirmado, não somente estão expostos a essa fragilidade casos dessa magnitude na província. O próprio Jornal Conservador em que Rodrigues se fez redator e diretor apresenta ao seu público os fatos externos que influenciam na maneira como se pensa em conduzir a política nacional. São manifestos liberais e republicanos que acabam tomando conta das páginas de ‘O Piauí’.

Começam a adentrar de forma maciça na província discussões a respeito dos ideais liberais republicanos. Os periódicos, mesmo conservadores, passam a fazer menção aos países europeus e as suas revoluções contra as instituições monárquicas. Fato que acaba incidindo na maneira como deve se pensar a própria política imperial brasileira. Discussões liberais e

---

<sup>73</sup>RODRIGUES, Op. cit., 1870, n. 128, p. 1.

republicanas vindas de países como a Bélgica e, principalmente a França, acabam sendo publicadas nas páginas de ‘O Piauí’.

Deparamos-nos com periódicos que retratam a maneira como estão divididas as opiniões políticas nesses territórios. Na Espanha, por exemplo, os distintos rumos traçados em meio à confusão de pensamento acabam deixando clara a definição daquele conturbado tempo histórico. Uma passagem do número 87 de “O Piauí” demonstra, por meio de políticos, como se configura na época a política espanhola:

O deputado Figueiras disse na câmara que a maioria quer a monarquia, mas que lhe falta um soberano, e que a única solução é a restauração, ou a república. Zorrilha respondeu que a república seria uma calamidade, e que a restauração era impossível. Declarou que a maioria hade vir a um acordo a respeito ao futuro monarca.<sup>74</sup>

Essas dúvidas e tomadas de posicionamento político rondam o Brasil e o Piauí, em particular, nas décadas de 1870/80, como vimos no capítulo anterior. As disputas por espaço na província piauiense acabam arregimentando polos de poder. Como vimos no decorrer desse tópico se fazem atuantes conservadores e liberais, assim como nascentes republicanos, perfazendo os rumos políticos do Piauí e do Brasil, no geral.

Antônio Coelho Rodrigues em início de carreira política assumiu uma face conservadora. Defendeu ferrenhamente nas páginas de ‘O Piauí’ o conservadorismo de ataques dos adversários liberais. Ao fazer isso esteve bem representado neste Periódico. O jornal sempre retratou Rodrigues com reverência naquilo que publica a seu respeito.

Os próprios anúncios de publicidade direcionados a ele são sempre destacados para haver uma maior visibilidade do sujeito histórico, assim como as publicações em defesa do mesmo sempre trazem termos de tratamento como o de citações já mencionadas nesse trabalho. Distinto e talentoso, assim como excelentíssimo senhor e amigo são comuns nos tratos ao conservador Rodrigues.

Não é pra tanto visto que ele é um dos representantes mais fiéis de ‘O Piauí’ e do Partido Conservador. Até agora. Na verdade com o passar dos anos e após ter assumido o cargo de deputado geral percebemos mudanças tanto na própria postura política de Rodrigues como também no trato do Jornal para com a sua pessoa. Os termos de tratamento acima citados desaparecem em páginas subsequentes do periódico. Este é um fato que discorreremos abaixo do tópico que se segue.

---

<sup>74</sup>RODRIGUES, Op. cit., 1869, n. 87, p. 2.

## **2.2. Experiências do tempo no Jornal: Os posicionamentos políticos de Coelho Rodrigues no Brasil Imperial**

Como já estudado no capítulo 1 deste trabalho, no Brasil da segunda metade do século XIX à virada para o século XX percebemos que os dois grandes partidos políticos do Império se revezam no poder do senado e da câmara constantemente. Conservadores e liberais acabam assumindo suas posições contrárias dentro da representatividade nacional. Porém, como afirma Emília Viotti da Costa, muitos políticos ao tomarem posse do poder nas suas respectivas ordens administrativas passam a aderir às características do seu oponente político.<sup>75</sup>

Isso tende a ocorrer principalmente durante o período conhecido como a conciliação, onde mesmo com princípios diferentes ambas as partes aderem a propostas organizativas comuns aos dois. Nesse espaço de tempo as lideranças liberais, na maioria dos casos, ao assumirem posições administrativas no Império, acabavam vestindo a carapuça do adversário. “Esqueciam-se” dos ideais que a tanto defendiam e passavam a executar as práticas administrativas conservadoras.

Na província do Piauí não é diferente. A pouco vimos que uma liderança política conservadora, o Dr. Luiz Antônio Vieira da Silva, foi duramente criticado nas páginas de ‘O Piauí’ por dirigir a política piauiense apoiando-se nas bases de um influente liberal da província, o Conselheiro Paranaguá. Isso demonstra uma controvérsia quanto à questão da tomada de posição política na província, em particular, e no Brasil, em linhas gerais.

Antônio Coelho Rodrigues se fez conservador durante boa parte de sua vida e seria até repetitivo dentro desse tópico considerar tal questão. Porém, o que pretendemos a partir deste ponto é questionar o seu conservadorismo. Nesse caso, buscamos discutir nas linhas que seguem as principais questões que envolvem a mudança de pensamento e atuação política do nosso agente do seu tempo imperial.

Para darmos início devemos levar em consideração primeiramente que ao se tornar deputado geral pela província do Piauí, Rodrigues acabou experimentando uma nova etapa de sua carreira política. Assim que assume a cadeira na assembleia legislativa provincial nosso sujeito histórico passa a defender ferrenhamente os assuntos do seu Partido Conservador. No Jornal ‘O Piauí’ destacam-se os discursos pronunciados por Rodrigues onde defende-se e defende seu partido dos ataques liberais.

---

<sup>75</sup>COSTA. Op. Cit.

Porém, com o passar dos anos nos deparamos com uma mudança no pensamento e na maneira de agir do nosso agente político. Para entendermos essa nova postura assumida por Rodrigues é importante antes de tudo levarmos em consideração algumas questões associadas ao fato e que nos ajudam a compreender tal permuta.

No dia 27 de setembro de 1870 ao chegar da capital do Império ao Piauí Rodrigues é anunciado no *Jornal de* que é associado. O nosso político reúne-se a personalidades importantes da província na casa do Major Bacellar no mesmo dia. Na ocasião do encontro pediu que se aplicasse uma quantia pela alforria de crianças escravas do sexo feminino daquele local.

Tal decisão acabou contribuindo para que Rodrigues fosse votado pelos presentes para instituir uma “Sociedade Emancipadora Piauhyense”, que seria uma entidade contra o sistema escravista. O próprio *Jornal* vangloria Rodrigues pela atitude apontando que “este acto nobre, generoso e humanitário do nosso referido amigo é digno sem dúvida dos mais pomposos elogios: é uma prova irrefragável dos bons sentimentos que ornão o virtuoso coração de tão distinto piauhyense”.<sup>76</sup>

O fato em si que envolve a atitude de Rodrigues já aparenta ser algo controverso, se analisarmos mediante o viés político. Nesse período a questão abolicionista era a mais polêmica do Império. Os tradicionalistas conservadores na imagem do regime imperial e do Imperador eram sustentados praticamente pelo sistema escravista. No entanto, Rodrigues como um conservador ferrenho acaba se envolvendo com uma organização que, de certa forma, estabelece-se contrária aos princípios conservadoristas do seu Partido.

É interessante que se note posteriormente a maneira como o *Jornal* retrata essa inicial postura de Rodrigues. Nesse momento o mesmo não deixa de ser bem tratado no periódico, como vimos na citação acima. Na verdade, a atitude um tanto liberal do nosso personagem é consideravelmente aplaudida pelo *Jornal Conservador*.

Em outro número de ‘*O Piauhy*’, o *Jornal* continua a acompanhar o desempenho de representantes quanto ao projeto desenvolvido pela “Sociedade Emancipadora Piauhyense”. Esta na ocasião é ovacionada pela sua fundação no dia 1º de novembro de 1870. São amplamente compreensíveis pelo *Jornal Conservador* as investidas dos políticos que colocam-se à frente do movimento. Rodrigues é novamente aplaudido pelas suas contribuições.

Porém, um fato torna-se interessante para compreendermos a conduta de Rodrigues quanto a essa polêmica questão política. Ao ser convidado para assumir o cargo de presidente

---

<sup>76</sup>RODRIGUES, Op. cit., 1870, n. 147, p. 4.

honorário da Sociedade em substituição ao Dr. Espinola Junior, o nosso personagem recusa a nomeação. Declara que “não a aceitava, que ficava muito satisfeito com o título de sócio honorário”.<sup>77</sup>

Isso nos leva a pensar que tal recusa esteve de certa forma ligada ao fato do mesmo não estar desvincilhado do Partido Conservador de que faz parte na província. Certamente, tomar posição numa causa em que os interesses tradicionalistas intraprovinciais são feridos gera uma indisposição perante as alas mais conservadores que o apoiam. Mesmo assim, Rodrigues acabou tornando-se, no final das contas, presidente da “Sociedade Emancipadora Piauiense” por intervenção do Dr. Simplício.

Não queremos afirmar que após ter se envolvido com o movimento em prol da libertação dos escravos Rodrigues passou a ser esquecido e criticado nas páginas subsequentes do jornal. Mas essa sua jogada liberalista tende a contribuir para que seja comprometida sua carreira conservadora no Piauí, pelo que se percebe. Essas conclusões são feitas ao percebermos que após se envolver muito prontamente com a questão do escravismo, direta ou indiretamente relacionado a isso, Rodrigues começa a ser duramente criticado em ‘O Piauí’, fato que consideraremos adiante.

O que podemos levar em conta antes disso é que Rodrigues foi bastante atuante quanto à questão escrava. O mesmo era político no tempo do gabinete Rio Branco. Como analisamos no capítulo anterior, foi mediante esse gabinete liberal que ocorreram as mais consideráveis mudanças no quadro política nacional. Rodrigues possivelmente esteve ligado aos interesses desse gabinete ao buscar combater o escravismo na província em que se fez representante. Logo, ideias vindas da capital do Império que o nosso personagem possivelmente incorporou ao seu modo de pensar e agir.

Mesmo um conservador, agora não radical, percebemos que Rodrigues caminha para um conservadorismo mais liberal. Esse seu novo posicionamento político abre caminhos para que sejam deferidas críticas quanto à legitimidade da sua conduta política. No número 229 de ‘O Piauí’, ano de 1872, constatamos uma das primeiras críticas deferidas a Rodrigues pelos redatores do Jornal Conservador, tendo em vista suas atitudes consideradas divergentes às da ordem conservadora.

Para entendermos a crítica feita a Rodrigues nesse periódico é necessário compreendermos o processo de chegada a tal ponto. Nesse mesmo ano, dia 22 de maio, houve a ocorrência de uma crise política na assembleia legislativa que levou o Imperador D. Pedro II

---

<sup>77</sup>RODRIGUES, Op. cit., 1870, n. 148, p. 2.

a dissolver a câmara dos deputados, sob controle do ministério Rio Branco. Fato discutido no capítulo um. Uma das justificativas é que tal crise foi gerada pela abertura de uma votação na câmara tendo em vista o adiamento da discussão do orçamento do ministério da marinha.<sup>78</sup>

Uma questão em que Rodrigues acabou votando contra as linhas do Império e assim também contra o Partido Conservador. Logo, após a dissolução, a postura do nosso sujeito histórico acabou contribuindo para que fosse questionada na província a sua atuação política como representante dos interesses conservadores. A partir daí os periódicos do Jornal passam a pôr-se contrários ao mesmo.<sup>79</sup>

Exemplo disso é quando o próprio ‘O Piauí’ critica a conduta de Rodrigues e se diz constrangido por ter de questioná-lo. Logo após ter manifestado ao Partido seu interesse pela reeleição para a deputação na câmara, e ter sido negado pelo mesmo, uma justificativa é feita no periódico. Com tom de crítica ao posicionamento do mesmo, a passagem expõe o motivo de Rodrigues não ter sido convidado pelo Partido Conservador para compor o novo quadro de deputados gerais:

[...] em vista da posição menos prudente que tomara este anno na câmara, já em relação ao seu voto para a comissão de resposta a falla do throno, já a respeito do seu discurso de 13 de maio, depois do qual se achou tão próximo dos republicanos que os conservadores quase o perderão de vista, resolveu formular com outros nomes, não menos dignos, a chapa que devia apresentar ao partido conservador no próximo pleito eleitoral; não como uma desconsideração aos deputados dissolvidos ou uma negação dos seus merecimentos pessoais [...]; mas como uma demonstração de não solidariedade com o seu procedimento em relação a dissidência que se manifestou contra o ministério e também porque, como sabem todos, a monarchia é dogma para o partido conservador.<sup>80</sup>

Sim. O próprio periódico em que Rodrigues inicialmente fez parte e é vangloriado e reverenciado, faz publicações de textos criticando a sua fidelidade política. A passagem acima demonstra que Rodrigues acaba sendo afastado do seu Partido, e conseqüentemente foi também do Jornal ‘O Piauí’. A partir do impasse que se sucedeu vários outros periódicos apresentam nos seus conteúdos passagens com acusações e denúncias contra Rodrigues. É como se agora o nosso sujeito histórico fosse um vilão político do Jornal de que fez parte. Quem antes combatia agora passa a ser combatido pelos mesmos em quem se apoiava.

O que se passa então a publicar são textos que acabam polemizando a situação política de Rodrigues. São diversos exemplos que apontam para a suposta ligação do mesmo com o

---

<sup>78</sup>Antônio Coelho Rodrigues. **Jornal ‘O Piauí’**. Teresina, 1872, n. 224, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217204&pesq=>. Acesso em: 30/dez/2018.

<sup>79</sup>RODRIGUES, Op. cit., 1872, n. 229, p. 2.

<sup>80</sup>Ibidem, p. 2-3.

Partido Liberal. No periódico de número 240 é destinado um espaço onde um ex-companheiro de Rodrigues do Partido Conservador, Dr. Enéias José Nogueira, afirma que o nosso político-intelectual esteve envolvido com lideranças liberais e que também queria o envolver no certo esquema. Um trecho da publicação deixa clara a acusação feita quanto a essa questão:

[...] se o Sr. Dr. Coelho, achou o accordo offerecido pelos liberais desta capital *vantajoso*, se advogou as vantagens delle perante mim, se retirando-se (para Oeiras), deixou em minhas mãos *fazer o resto* (que resto!), e se eu deixei de levar a effeito o accordo entabolado (por elle), conclui-se naturalmente que o Sr. Dr Coelho fez com o partido liberal um convênio ou accordo [...], e que eu tive a audácia de não aceitar-o, ou de não levar-o a effeito como era de sua vontade [...].<sup>81</sup>

Não sabemos ao certo se essa afirmação se concretiza. O interessante é que notemos que figuras políticas antes apoiadoras de Rodrigues agora se colocam em oposição ao mesmo. O próprio Jornal ‘O Piahy’ esclarece nas suas páginas essas acusações contra ele. É como se o nosso sujeito histórico estivesse sendo caçado pelas suas condutas. Condutas essas que não agradam a quem antes o tinham como amigo.

Certamente que boa parte das suas ações, desde quando dissolvido da câmara, nos fazem pensar na mudança de posicionamento tomada por Rodrigues quanto à sua atuação política. O Jornal enxerga isso como uma ameaça e acaba perfazendo um caminho contrário ao que antes rumava. Outro exemplo expresso no periódico de número 246 quanto à negação da candidatura de Rodrigues pelo Partido Conservador nos ajuda a entender mais sobre essa mudança de pensamento do nosso sujeito histórico.

Dessa vez quem faz críticas à Rodrigues com certa ironia é também um “amigo” conservador. Na publicação, a fala de Agesilau Pereira da Silva refere-se à suposta dissidência de Rodrigues quanto à votação na câmara sobre o fim do escravismo. O mesmo tende a fazer uma explicação com vistas a não desconsiderar totalmente a pessoa de Rodrigues, diz até estar o defendendo, mas fica subentendido que Agesilau ironicamente aponta para a ligação do nosso personagem com os liberais, visto a sua atitude em votar contra os conservadores tradicionalistas do Império e da província quanto à questão escrava.<sup>82</sup>

Tendo em vista a situação em que se envolveu ao assumir posturas adversas à do Partido Conservador e se encontrar sob a mira de ex-companheiros, agora adversários, políticos, Rodrigues passa a fazer frente às eleições conservadoras. O Jornal ‘O Piahy’ é quem publica essa nota, o que nos leva a questioná-la. Ora, Agesilau foi um dos

---

<sup>81</sup>RODRIGUES, Op. cit., 1872, n. 240, p. 3.

<sup>82</sup>Ibidem, n. 246, p. 3.

conservadores políticos que passou a ser votado para assumir uma posição na câmara depois da dissolução daquela em que Rodrigues atuava.

Podemos pensar na possibilidade de que Rodrigues certamente não concordou com a situação que infelizmente lhe serviu, o que acabou o retirando do jogo de interesses políticos, e feito com que agora combatesse “a maior parte das eleições conservadoras”.<sup>83</sup> Mas não podemos desconsiderar que o Jornal agora, defendendo novos políticos conservadores, esteja pregando uma imagem de Rodrigues para acabar com a sua credibilidade política diante da sua nova postura assumida. Assim também como ambas as alternativas podem ser verdadeiras. Uma não exclui a outra.

O que devemos levar em consideração é que o tempo pode se mostrar traiçoeiro ao revelar novos rumos. Rodrigues certamente pode ter mudado seu pensamento político, e isso o levou a pagar um preço. O preço da negação por parte dos setores mais conservadores do Partido de que fez parte. Suas atitudes, mesmo que apoiadas pelos mais moderados do Partido, despertaram um desconforto perante os conservadores mais tradicionais. Esses com grande influência deixaram de apoiar o nosso político-intelectual, o que contribuiu para que o mesmo se mostrasse então contrário à política conservadora. O traidor pode ser vítima das circunstâncias do tempo em que se encontra, ou não.

O fato é que logo após toda essa controvérsia política envolvendo Rodrigues, o sujeito histórico da nossa pesquisa inicia abertamente a defender os liberais da província do Piauí. Diante de uma discussão na câmara dos deputados sobre problemas entre conservadores e liberais acerca de eleições na província, Rodrigues se coloca contrário a conservadores, como o já citado ex-companheiro Agésilau, bem como Moraes Rego. O curioso é que o nosso personagem aparece defendendo o liberal Franklin Dória, um dos que mais polemizou no passado. E o mais curioso ainda, nas mesmas páginas que agora criticam ambos.

As causas da discussão envolvem inicialmente, analisando pelo viés conservador, uma atitude do comandante superior José Francisco de Miranda Osório, ao reunir um grupo de liberais e tentar forçar a entrada numa igreja da província, onde estava acontecendo uma votação provincial sem o consentimento do Partido Liberal daquela localidade. A justificativa do próprio Rodrigues para essa atitude seria a exclusão por parte dos conservadores em não considerar os liberais na dita eleição. Não façamos juízo de valor para saber quem está certo

---

<sup>83</sup>Antônio Coelho Rodrigues. **Jornal ‘O Piauí’**. Teresina, 1873, n. 250, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217204&pesq=>. Acesso em: 06/jan/2018.

ou não, mas atentem para o modo como nosso político se posta diante da situação. Parece até impensável, visto o que vimos anteriormente a seu respeito.<sup>84</sup>

Uma passagem da discussão referente à conduta contraditória de Rodrigues quanto à defesa que agora faz ao Partido Liberal pode ser mencionada. Questiona-se sua fala em que afirma serem os liberais sempre reprimidos de voto na província. Na vez de fala de Moraes Rego, este acusa Rodrigues de no passado recriminar atitudes como a de Miranda Osório, e ironiza apontando que se o próprio Rodrigues, que agora defende os liberais falava isso, que verdades podem ser esperadas dele enquanto político sério:

Quero com isto provar que os liberaes dalli empregarão sempre este meio de se dizerem repellidos de votar, e então fizerão duplicatas; são uzeiros e veseiros neste procedimento. E não sou eu somente quem diz isto, é também o Sr. Coelho Rodrigues, quando em 1869 declarou no recinto desta casa [Câmara dos deputados], que o partido conservador não tinha uzado de força naquelle tempo, e que se assim fallara o chefe do partido liberal [Nesse caso seria o próprio Rodrigues um dos que estão à frente do partido] é porque estava no habito de nunca dizer a verdade.<sup>85</sup>

Toda essa reviravolta envolvendo a atuação de Rodrigues agora como político liberal gerou uma série de discussões para além do fato acima citado. O mesmo passa a ser duramente criticado por conta até de fatores mais subjetivos. Em certo ponto da discussão Rego afirma que, após ter sido afastado do Partido Conservador, nosso sujeito histórico pediu ajuda a sua parentela liberal em Picos para a sua nova eleição política.<sup>86</sup> Certamente uma alternativa a se pensar, visto a situação em que nosso personagem se envolveu.

Seja movido por interesses próprios, seja por intriga política, ou devido à situação de crise do regime imperial, e com ele a do partido conservador, ou ambas as proposições, é interessante perceber que essa mudança de posicionamento de Rodrigues finda em uma questão familiar. Lembremos-nos da frase inicial desse capítulo onde o nosso político-intelectual se diz conservador por influência de sua família. A tirar pelo ano daquela passagem inicial, o mesmo já havia se desvencilhado dos conservadores. Logo, podemos pensar que aquilo poderia ser uma maneira dele justificar agora a sua tendência ao liberalismo, e por curiosas bases, segundo acusação, de uma parentela de políticos liberais.

Esse ser “camaleônico” estabelece uma forma de se camuflar de acordo com o meio e as condições em que se encontra. Diante do exposto no decorrer do capítulo pudemos analisar politicamente um Antônio Coelho Rodrigues que se disfarça conforme o tempo e suas

---

<sup>84</sup>RODRIGUES, Op. cit., 1873, n. 256, p. 2.

<sup>85</sup>Ibidem, p. 3.

<sup>86</sup>Ibidem.

circunstâncias. A nova tendência política assumida pelo mesmo após desnudar sua pelagem conservadora certamente tende a influenciá-lo na forma como passa a enxergar a política brasileira em diante. Isso contribui para que no futuro o nosso sujeito histórico, na condição de literato, escreva seu pensamento acerca dos rumos tomados pelo Brasil no tempo republicano. Voltaremos nosso olhar agora para essa questão.

## CAPÍTULO 3

### **DO JORNALISMO À LITERATURA: A República nos escritos de Antônio Coelho Rodrigues**

Nos trâmites do Império para a República são aflorados diferentes pensamentos quanto à organização política que o Brasil deveria assumir. Ao nos aproximarmos do ano da proclamação, percebemos que as ideias liberalistas em circulação nas mais variadas províncias impulsionam lideranças e organizações a pensarem na maneira mais viável de se estabelecer um Estado brasileiro, livre das amarras tradicionais imperialistas. O nosso personagem finda nos proporcionando uma nova identificação da sua postura diante dessas questões.

No final da década de 1880, em que é anunciada a proclamação da República do Brasil, Antônio Coelho Rodrigues é um dos principais precursores de como deve funcionar o sistema político-social da agora considerada nação brasileira. Seus escritos literários estão empenhados principalmente em denunciar um sistema econômico que já não tem condições de funcionar, assim como pensar nas propostas de como deve ser conduzida uma política de acordo com os novos pensamentos que adentram o território.

Torna-se interessante percebermos nessa parte do trabalho a concretização da mudança de Rodrigues, agora enquanto “defensor” dos ideais liberais republicanos. Vimos no capítulo anterior uma inicial mudança de sua postura política diante das discussões envolvendo conservadores e liberais do Império. Nesse caso, agora torna-se importante percebermos, a partir das suas produções posteriores em forma de cartas e livro, os anseios pela mudança organizativa nacional brasileira.

Como bem sabemos, a questão abolicionista foi uma das mais polêmicas para o fim do imperialismo. Em linhas particulares, diríamos até uma das questões que acabou influenciando na retirada do nosso sujeito da cena política conservadora. Com a publicação em 1884 de “Um súdito fiel: Cartas de um Lavrador a sua Majestade, o Imperador”, Rodrigues esclarece suas indignações políticas e sua afronta ao tradicionalismo conservador que sustenta a monarquia de que era antes mais fiel representante. Nesse caso, vimos que Rodrigues assume uma postura em defesa de causas que se aproximam da política liberal.

Quando nosso político-intelectual se afasta dos conservadores, tendo assumido essa nova postura, critica a conjuntura do regime imperial. ‘O Piauí’ como Jornal que tanto defendia passou a atacar o nosso sujeito por esse motivo. Tais circunstâncias são contribuintes

para que em um novo período histórico nosso personagem rumasse para um novo meio, e propusesse uma literatura onde fez críticas à república que não se estabeleceu, assim como expos suas propostas de um novo tempo, o tempo republicano. Nesse caso, torna-se interessante a análise da sua produção literária de 1906, “A República na América do Sul”, para entendermos tais questões.

Ambas as fontes trabalhadas apontam para um Rodrigues novo. O nosso personagem vestindo a carapuça republicana desde suas ponderações sobre a mudança da estrutura político-social até os anseios de uma nação brasileira nos ajudam a perceber o quanto as suas experiências do tempo republicano dizem a seu respeito e sobre a política brasileira de então. Vejamos agora Rodrigues como agente nas mudanças operadas em fins do Império e instauração da República.

### **3.1. Um súdito fiel? Política liberal em cartas**

Certamente, durante a década de 1880 o Brasil, na representação do regime imperial, está exposto a uma considerável pressão das mais variadas alas políticas. Conservadores moderados, liberais, liberais radicais, assim como republicanos, expressam os seus desacordos quanto à monarquia e o seu sistema. Os pensamentos externos positivistas, liberalistas, nacionalistas pesam bastante na maneira como passam a pensar os diferentes grupos políticos brasileiros.

É principalmente durante esse período que o Brasil recebe grande influência das ideias iluministas e revolucionárias francesas. No capítulo anterior pudemos perceber que na província do Piauí os próprios jornais conservadores traziam nos seus conteúdos publicações com referências aos movimentos políticos que estavam envolvendo os países da Europa, como a França. O historiador Dievani Lopes Vital no seu trabalho de pesquisa aponta justamente para a influência desses pensamentos na formação de uma consciência política de intelectuais contestadores da ordem conservadora do Estado imperial brasileiro.<sup>87</sup>

Segundo Vital, no Brasil aconteceu uma ressignificação sobre os ideais importados da Europa. Estes novos componentes refletiram nas diversas formas de manifestação de desagrado com relação ao sistema tradicional de poder imperial. Logo, podemos perceber que

---

<sup>87</sup>VITAL, Dievani Lopes. Uma reavaliação da história do movimento republicano no Império do Brasil através de suas inspirações francesas. *ANPHU*, Brasília, p. 1-17, 2017. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502132721\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnphuBrasilia2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502132721_ARQUIVO_ArtigoAnphuBrasilia2017.pdf). Acesso em: 15/abril/2019.

a partir de 1880 são perceptíveis grandes manifestações populares, formação de clubes republicanos, a própria aristocracia forma um pensamento acerca da condição política que o Brasil tem enfrentado. São perceptíveis os próprios movimentos em forma de projetos e anseios de uma mudança, nesse caso a atuação de Rodrigues com as suas cartas em tons de crítica ao sistema imperial. Fato principal que desenvolveremos nesse tópico.

Antes disso, é necessário que nos situemos acerca das influências geradas pelas propostas francesas revolucionárias para a própria intelectualidade brasileira na construção da sua contestação. Nesse caso encontram-se, segundo o filósofo Ricardo Véllez, a presença, por exemplo, de elementos como a própria idealização republicana, a crítica ao poder absoluto e os seus privilégios, assim como a questão cívica dos direitos do homem e do cidadão.<sup>88</sup> Todos pensamentos apropriados e utilizados para o questionamento da realidade brasileira.

É importante de ser considerado que durante esse período existem representatividades nas mais variadas províncias brasileiras que sustentam as ideias liberais republicanas. São personalidades como Saldanha Marinho, Silva Jardim, Tobias Barreto que acabam tornando práticas no Brasil as críticas quanto aos desmandos de um regime em crise. Esses propagandistas<sup>89</sup>, na linguagem de Lopes Vital, com a pretensão de mudança da estrutura político-social brasileira refletem a maneira como se deve estabelecer, no imaginário e na prática, um novo sistema.

Amplamente relacionados aos questionamentos de um regime e anseios por mudança estão as ponderações feitas no período com relação à escravidão. Diante dessa questão o trabalho de Joaquim Nabuco nos mostra que é de 1879/80 em diante que na legislatura parlamentar encontram-se, de forma mais abrangente, grupos de homens que visam realizar o processo de emancipação dos escravos. Mediante esse historiador podemos perceber que durante esse período representantes políticos dos seus partidos, seja conservador, liberal e principalmente republicano, mesmo com a dificuldade de atuarem em desacordo com seus correligionários, já elevam a questão escrava a uma consciência crítica acerca da condição humana em que os negros são submentidos.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup>RODRÍGUES, Ricardo Véllez. A Revolução Francesa e a República brasileira: aspectos históricos e ideológicos. (Este artigo foi escrito em 1989 e serviu como texto para uma palestra comemorativa dos 200 anos da Revolução Francesa, pronunciada no Departamento de Filosofia da UFRJ. Informações concedidas pelo próprio autor). Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/a-revolucao-francesa-e-a-republica-no-brasil-aspectospoliticos-e-ideologicos.html>. Acesso em: 15/abril/2019.

<sup>89</sup>VITAL, Op. cit.

<sup>90</sup>NABUCO, Op. cit.

Logo, essa foi uma das principais questões que influenciou na tomada de posicionamento político em meio aos discursos proferidos em favor da abolição. Tais discursos se fizeram presentes de diferentes formas. Antônio Coelho Rodrigues acabou contribuindo com as alternativas que achava importante de serem levadas em consideração para conduzir uma política que trouxesse nos seus princípios uma nova forma de organizar a sociedade e a economia.

O nosso político-intelectual foi atuante na questão emancipatória, tanto na província do Piauí como em âmbito geral. Como vimos no capítulo anterior, Rodrigues acabou se tornando um dos grandes representantes da contestação do sistema escravista ao se tornar membro da “Sociedade Emancipadora Piauiense”. Fato que até influenciou no seu afastamento do partido conservador na província piauiense.

Com a publicação de “Cartas de um lavrador” o nosso personagem, em anos posteriores, mais precisamente em 1884, faz a reunião em uma publicação de uma variedade de cartas que havia destinado ao imperador Dom Pedro II, possuindo nos seus conteúdos questões de ordem política e econômica relacionadas à escravidão, principalmente. Nessa investida, Rodrigues se empenha em considerar as principais alternativas de como deve ser costurada a situação para se vencer a crise política do regime imperial.

Nas suas cartas nosso sujeito histórico, discretamente, deixa transparecer seus pensamentos liberais republicanos a respeito dos rumos da política imperial. Em nenhum momento Rodrigues se diz contrário à política do Imperador. Está sempre afirmando sua concordância com relação à instituição monárquica. Porém, é interessante que percebamos que em meio aos seus escritos Rodrigues, esclarecendo a situação da política, lança os anseios que tem a respeito dos fatos que estão se desenrolando no Brasil.

Isso é visível no tom com que o nosso personagem finaliza a terceira carta. Nesta, ao apontar que os europeus e suas revoluções estavam conduzindo suas nações ao republicanismo, afirma que isso seria uma real possibilidade de acontecer no Brasil.<sup>91</sup> Rodrigues fala com voz de um “súdito” que não pretende que tal fato aconteça, mas receia que possa acontecer. Sua fala funciona como forma de mostrar a Dom Pedro II que ele é responsável pela situação em que se envolveu ao tomar atitudes liberais em algumas situações. Ao se remeter ao Imperador, Rodrigues diz:

---

<sup>91</sup>RODRIGUES, Antônio Coelho. Manual do súdito fiel, ou cartas de um lavrador a sua magestade o imperador. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1884, p. 29-30. Disponível em: [file:///D:/Um%20súdito%20fiel%20%20ruptura%20e%20continuidade%20na%20transição%20da%20Monarquia%20para%20a%20República%20no%20Brasil%20\\_.pdf](file:///D:/Um%20súdito%20fiel%20%20ruptura%20e%20continuidade%20na%20transição%20da%20Monarquia%20para%20a%20República%20no%20Brasil%20_.pdf). Acesso em: 20/abril/2019.

Senhor, assim como o calor e a humanidade, transmitem e conservam a existencia de todos os seres vivos, sem o saberem, assim tambem vòs tendes creado todo esse abolicionismo, que por ahi 'grassa, estrepitoso e barulhento para vos não passar despercebido, sem o quererdes e talvez sem o suspeitardes.<sup>92</sup>

Na fala o nosso personagem aponta que a atividade abolicionista que se exerce no Brasil ganhou grandes proporções por conta da flexibilidade com que o Imperador acabou conduzindo a política no período, e o mesmo, segundo nosso sujeito, findou nem percebendo que isso corroe o império. Rodrigues cita o exemplo do Ceará, onde o Imperador concordou com o fim do escravismo naquela província, e isso foi contribuinte para que posteriormente se lutasse em favor da abolição em âmbito nacional.<sup>93</sup>

Não pense o leitor que essa fala de Rodrigues o torna contrário ao abolicionismo. Rodrigues é esperto nesse sentido. Ele não pretende expor ao Imperador um pensamento que mostre a sua tomada de partido. Logo, não demonstra partindo de si para Dom Pedro um pensamento liberal republicano, mas certamente Rodrigues compactua de partes dessas ideias. Não foi por acaso que ele se tornou, como vimos a pouco, membro de um órgão abolicionista na província do Piauí, a “Sociedade Emancipadora Piauiense”.

Rodrigues não expõe abertamente como sendo seus pontos de vista, pois quer se mostrar sempre na imagem de um súdito fiel. Porém, no decorrer das cartas podemos evidenciar sua postura diante das questões referentes aos rumos da política imperial. O nosso político-intelectual demonstra que, diante dos desmandos que estão se fazendo presentes no Brasil, não tarda para que o Império tenha um fim. Depois de ter escrito para o Imperador apontando que as instituições, sejam as administrações nas províncias, a própria conduta do exército, ou as investidas abolicionistas, conduzem o Império para seu desmoronamento, Rodrigues declara:

Que venha, Senhor, a bancarota e já; pois que chegamos a tal estado que não ha mais para onde appellar, senão para ella.

E' duro dizel-o, não ha duvida, tão duro, Senhor, que para evital-o, se ainda é tempo, atreveu-se a escrevel-o.<sup>94</sup>

Nessa passagem o nosso personagem já ensaia o que a conduta de Dom Pedro II, juntamente com as circunstâncias do período estão prestes a ocasionar para o regime. Nesse caso, demonstra-se a falta de controle que o monarca está exercendo sobre o peso do tempo que já não é o mesmo. Chegando-se a um estado de coisas em que o inevitável já se faz

---

<sup>92</sup>RODRIGUES, Op. cit., p. 26.

<sup>93</sup>Ibidem, p. 19-20.

<sup>94</sup>Ibidem, p.58.

presente até mesmo na mente dos tradicionalistas mais conservadores do regime. Nesse caso, a própria figura do monarca.

Rodrigues questiona o Imperador por estar contrariando a própria maneira correta de governar, fazendo concessões aos abolicionistas pelas causas que defendem. O principal medo de Rodrigues é a incerteza do que pode acontecer posteriormente. O mesmo aponta que uma anarquia pode tomar conta da sociedade brasileira e acabar com o Estado, visto a vulnerabilidade em que se encontra este perante um líder político inconstitucional, como afirma o nosso sujeito histórico. Em uma passagem nesse sentido Rodrigues aponta que:

Ha vinte annos ninguem falava em republica nesta terra; hoje quasi toda a mocidade é republicana, e a monarchia conta apenas duas especies de defensores: os que tem intereses ou esperanças fundadas no *status quo*, e os que preferem, apezar dos pezares, o conhecido, em paz, ao desconhecido, com o risco de uma conflagração.<sup>95</sup>

O nosso político-intelectual tendente à ultima alternativa da citação não desconhece o fato dos pesares do regime imperial, até aponta que estes são reconhecidos, mas adverte que o perigo de uma rebelião é evidente. Para Rodrigues isso não é algo benéfico levando em consideração a conjuntura da sociedade. O mesmo preocupa-se afirmando que a integridade da nação brasileira pode ser comprometida caso venha desencadear uma crise maior do Império.

É interessante perceber que Rodrigues critica o imperador por, de certa forma, estar seguindo os ideias revolucionários europeus. Não que o nosso político-intelectual queira negar os feitos e as contribuições desses pensamentos. Mas percebemos que Rodrigues tem em mente que a realidade brasileira é outra, logo a maneira como deve ser conduzida a política para a realização da transição de regime deve ser diferente.

Em concordância a isso, Rodrigues visa a necessidade de uma transição para a República. Porém, o mesmo afirma que para que essa transição aconteça da melhor forma é preciso que se espere o melhor momento, as melhores circunstancias. Ele certamente não nega os ideais liberais republicanos, mas pondera a importância de se pensar boas maneiras para que a passagem do Império para a República aconteça sem problemas aparentes. Quando fala da relação da monarquia com o pilar que o sustenta, o escravismo, Rodrigues esclarece seu ponto de vista afirmando que:

A realeza e a escravidão começaram e têm vivido juntas neste paiz, onde cada qual tem sua missão, que não me parece terminada.

---

<sup>95</sup>RODRIGUES, Op. cit., p. 65-66.

A' primeira incumbe preparar o leito da republica, e á segunda tornar possível o advento do trabalho livre; nem uma nem outra cousa pode ser feita de um salto; ambas reclamam medidas de transição e algum tempo para ellas.

Tudo tem seu tempo; mas, bem que tenhamos feito alguma cousa, graças ao calor e á humidade e apesar dos nossos palradores ideologos, não me parece chegada a vez da transição. Esta exige varias medidas urgentes [...].<sup>96</sup>

Percebe-se que é preferível pelo nosso sujeito histórico uma transição planejada e bem executada. Por isso, segundo ele, é importante serem adotadas medidas a médio e longo prazo para que a ordem política brasileira, e assim a nação, não se desestabilize. Rodrigues tomou como parâmetro o que se sucedeu com a medida considerada impensada do Imperador no Ceará ao tornar essa província livre da escravidão, onde na verdade o que se sucedeu foi um caos político. A exemplo da própria negociação dos escravos entre as províncias do Norte e as do Sul, como também o não cumprimento das ordens imperiais.<sup>97</sup>

Logo, para que a nação não caísse nessas armadilhas era importante que se pensasse nas melhores alternativas que solucionassem os problemas. Uma dessas seria a própria capacidade de possuir bons administradores políticos para que o Estado funcionasse da melhor forma. Logo, “ministros capazes e autônomos”. Um governo que ande de mãos dadas com a competência e as habilitações necessárias para fazer valer os programas que fossem pensados para a sociedade. Rodrigues explica o motivo porque faltam essas alternativas no Império:

A competencia, porque no regimen, em que parecemos viver, os programmas do governo devem subir de nós para vós, e não descer de vós para nós; as habilitações, porque uma reforma economico-politico-social exige um espirito pratico, que sempre vos faltou, e uma preparação longa, que nunca tivestes, nem estais mais em idade de adquirir.<sup>98</sup>

Com essa fala em forma de crítica nosso político-intelectual prossegue afirmando que para uma transição feita sem problemas, bons administradores devem saber ainda como lidar com a questão escrava. Rodrigues expõe que o trabalho livre é muito mais lucrativo para a nação que o trabalho forçado. Porém, não se podem tomar atitudes impensadas e simplesmente libertar milhões de indivíduos sem antes desenvolver um projeto que consiga incluir esses no mercado de trabalho e na sociedade de maneira geral. Fazer isso seria desestabilizar a ordem e a paz nacional.

---

<sup>96</sup>RODRIGUES, Op. cit., p. 79.

<sup>97</sup>Ibidem, p. 18-20.

<sup>98</sup>Ibidem, p. 87.

Certamente que Rodrigues não nega o grande problema que é retirar “a escravidão do cativo e incorporar os libertos à sociedade civil”. Ele critica como pensam os abolicionistas norte-americanos ao considerarem a segregação desses como solução. Aponta que o melhor é aproveitar a força de trabalho dos mesmos incorporando-os à sociedade.

Além disso, o nosso sujeito histórico esclarece que é importante formar o pensamento de toda a população quanto à questão. Segundo ele, com o tempo e as boas instruções a própria aristocracia conservadora beneficiária do sistema começaria a aceitar pacificamente a mudança de regime. O político-intelectual é bem criterioso quanto às medidas que devem ser adotadas para que o sistema como um todo consiga se adequar lentamente às mudanças. Segundo o que espera que o governo adote nesse sentido, Rodrigues explica:

Esperemos, portanto, e, nesse interim, trabalhem por difundir a instrução; ensinar a todas as classes que ellas têm interesses mais ou menos harmônicos; supprimir a policia gratuita; fazer a eleição livre e magistratura neutra na politica, independente e illustrada no fôro.

A escravidão, [...], não passará ao seculo vindouro; a monarchia desaparecerá com ella, ou pouco tempo ha de sobreviver-lhe; mas até lá é preciso sustentar uma e outra com as modificações possíveis, sem convulsionar-se o paiz.<sup>99</sup>

A passagem demonstra de maneira geral as principais alternativas que Rodrigues afirma serem necessárias para que a mudança de regime seja realizada com êxito e sem prejudicar a nação. De acordo com o mesmo, a partir de uma política firme, que leve em consideração as propostas citadas, e as pratique sendo mediadas por uma nova constituição, ocorreria um processo positivo no curso que se ensaia. Seria dessa forma que a República se instalaria sem problemas aparentes.

Porém, no final das contadas e no desenrolar dos fatos enxergamos um Rodrigues desapontado com os rumos da política nacional. Com o golpe efetivado pela ação militar em junção com a aristocracia dominante, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, estamos diante da instalação da República em nome, mas em prática totalmente conservadora. Nos pomos agora a analisar, mediante essas circunstâncias, as desilusões e propostas políticas de Rodrigues no seu tempo republicano nacional brasileiro.

---

<sup>99</sup>RODRIGUES, Op. cit., p. 79-80.

### 3.2. Proposta de um novo tempo: A literatura republicana de Coelho Rodrigues

De fato, a passagem do Império para a República foi realizada. A nova forma organizativa de governo para a nação brasileira é imposta em 1889. Essa sendo enxergada pelos historiadores como um golpe político promovido pela elite aristocrática em união aos militares. Várias são as propostas que nos ajudam a pensar esse período de transição do regime monárquico para o, em nome, republicano.

Celso Castro nos traz um ensaio onde foca na questão militar como o principal fator para a transição. Certamente, os militares, e mais precisamente a “mocidade militar” exerceu grande influência sobre a condução do levante contra a monarquia. Benjamin Constant foi um dos líderes militares que mais esteve envolvido no processo, e influenciou na participação do tenente coronel, Deodoro da Fonseca, para que esse conduzisse o golpe, visto seu grande prestígio perante a ala militar.<sup>100</sup>

O Império já com o seu principal pilar de sustentação derrubado no ano anterior fica à mercê da política que já vinha sendo trabalhada no ideário da época. Com o fim da escravidão percebemos que os ideais, liberais, progressistas e republicanos, tomam conta do imaginário de civis e principalmente dos militares, impulsionando ainda mais a transição. Sendo assim, os novos pensamentos fazem pesar sobre a estrutura monárquica de governo.

Logo, com um sistema que já não pode se sustentar e uma grande concentração de oposicionistas político-sociais, a república é proclamada. Porém, como já citamos no capítulo um deste trabalho, mediante o que nos informa José Murilo de Carvalho, o que se sucedeu após a mudança de regime político foi apenas uma troca de concentração de poder. Os princípios republicanos em si não se consolidam.<sup>101</sup> A “coisa pública” na verdade passa para a mão de militares em acordo com lideranças civis conservadoras, de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Quando estabelecida a primeira constituição brasileira com base no novo regime, essa acaba refletindo as vontades desses grupos. Era um documento, como aponta o já citado Figueiredo, com “valores assentados na filosofia republicana-positivista, bem como em princípios do clássico liberalismo individualista”<sup>102</sup>. Porém, em prática era beneficiária dessa situação somente as oligarquias que se estabeleciam nos estados regionais.

---

<sup>100</sup>CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

<sup>101</sup>CARVALHO, Op. cit.

<sup>102</sup>FIGUEIREDO, Op. cit., p. 142.

Mediante essa conjuntura, certamente as críticas quanto à não funcionalidade do regime instalado se sucedem. Antônio Coelho Rodrigues em anos posteriores à proclamação foi uma das personalidades que questionou a República que na prática não se instituiu. No seu trabalho “A República na América do Sul”, de 1906, estabelece uma escrita que nos ajuda a pensar os seus anseios perante esse novo tempo em que está inserido.

No início deste trabalho o nosso político-intelectual já começa estabelecendo críticas ao novo sistema político. Rodrigues afirma a não funcionalidade da dita República ao, ironicamente, escrever a respeito. Segundo ele, “há perto de quinze anos foi proclamada no Brasil a República Federal Representativa, e há mais de treze foi promulgada a sua constituição. Já é tempo de pedir-lhe contas dos seus resultados”.<sup>103</sup>

Nesse trecho podemos identificar a desilusão que na época se estabeleceu dentre as representatividades políticas quanto aos rumos traçados pelo Brasil. Rodrigues, assim como diversas outras personalidades, é um dos que nos faz pensar nesse sentido. O seu trabalho está envolto de várias críticas envolvendo o trâmite político da nação brasileira de então.

Inicialmente, Rodrigues aponta para a grande euforia que tomara conta de variados setores sociais já em fins do Império. Como já mencionado no capítulo anterior, o próprio Imperador já não visa mais o funcionamento do seu regime político. Mediante um trecho apresentado por Rodrigues no seu livro, o conselheiro Saraiva faz declarações ao Imperador questionando a vigência da política imperial. Segundo o nosso sujeito histórico:

[...] o conselheiro Saraiva, [...], declarara ao Imperador parecer-lhe próximo e inevitável o advento da República, e necessário preparar o país para ela, fazendo a federação das províncias, e abdicando em seguida a coroa nas mãos do Parlamento. Ouvindo isto, perguntou-lhe o Imperador se não julgava possível o terceiro reinado, ao que respondeu o conselheiro Saraiva: “O Reino de Sua Alteza não é deste mundo.”<sup>104</sup>

É interessante percebermos que representatividades políticas já enxergam o fim do Império. São apontadas na passagem algumas medidas principais para que ocorra a transição. Ao responder no final sobre a continuidade do regime, o Conselheiro nega que o Império de Dom Pedro possa continuar, afirmando que este regime “não é deste mundo”.

Ao fazer essa afirmação final o mesmo está referindo-se à própria conjuntura global das organizações políticas. Nesse período a forma de governo monárquica que ainda perdurava era a do Brasil. Toda a América já havia passado por um processo de reorganização

---

<sup>103</sup>RODRIGUES, Antônio Coelho. A República na América do Sul. Brasília: Senado Federal, 2016. p. 33. Disponível em: file:///D:/001081044\_Republica\_America\_Sul.pdf. Acesso em: 01/maio/2019.

<sup>104</sup>RODRIGUES, Op. cit., p. 37.

da sua política, sendo a República o regime a dominar no continente. Uma das afirmações do próprio Rodrigues nos ajuda a pensar nesse sentido. O mesmo aponta que:

A aspiração à República pairava sobre o Brasil, como um ideal dos povos americanos, a tal ponto que um deputado conservador e, portanto, monarquista, não hesitou em dizer perante seus colegas, na sessão de 7 de junho de 1888, que “a América era republicana, o Brasil americano e ele brasileiro”, sem outra contestação além de breves apertes de dois colegas liberais, [...].<sup>105</sup>

Esse clima republicano que assolou o Brasil principalmente dentre as alas do exército, na figura de Benjamin Constant, acabaram se tornando a chave mestra para a mudança de regime. Rodrigues expressa que mesmo sem interesse em contrariar a ordem imperial o Marechal Deodoro, por influências de Benjamin além de Quintino Bocaiúva, acabou aderindo ao movimento em prol da República. Esta, instaurada sem muita resistência popular e política, acabou se tornando na teoria a nova forma de governo brasileira.<sup>106</sup>

Porém, segundo Rodrigues, o que de fato se sucede é uma política que não preza em nada uma *res publica*. Esta se estabeleceu pelo exército, mas de fachada. O que de fato se consolida é um regime político em que grupos dominantes do sul, principalmente, adotam um governo que prioriza os seus interesses próprios. Não há uma valorização pelo que o nosso político-intelectual considera como um bem comum, mas sim uma república para poucos, que segundo o mesmo foi feita e instaurada pelos:

[...] chefes doutrinários daqui [Rio de Janeiro] e de S. Paulo, cujos políticos fazendeiros esperavam dela [da República] os proventos, que têm monopolizado, e os meios de conseguirem a separação dos quatro Estados do Sul, consignados a um ministro paulista do Governo Provisório e, até hoje, confederados, em transparente segredo, para tirarem da União o máximo, em troca do mínimo possível.<sup>107</sup>

Logo, o que percebemos é que após a República instituída, nada se pensa levando em conta os reais valores republicanos nacionais. A política que se estabelece é uma política de um grupo conservador aristocrático de produtores de café paulista e mineiro que pretendem satisfazer os seus interesses privados sob a União. Isso é perceptível ao nos depararmos com as propostas constitucionais implementadas a partir da mudança de regime sob influência desses grupos.

Rodrigues considera as propostas dessa constituinte como defeituosas e negativas para a nação brasileira. O nosso político-intelectual aponta que mediante essa determinou-se de

---

<sup>105</sup>RODRIGUES, Op. cit., p. 34.

<sup>106</sup>Ibidem, p. 41-42.

<sup>107</sup>Ibidem, p. 51.

forma vaga a intervenção federal nos assuntos dos estados, além de discriminar as rendas estaduais, favorecendo a alguns poucos e prejudicando a União. É destacado por Rodrigues que as reformas constitucionais beneficiam os grupos de oligarcas que assumiram o poder, contribuindo para que possam:

[...] alegar em seu favor a inutilidade de qualquer reforma da Constituição Federal, cujas novas disposições, por melhores que fossem, não escapariam à triste sorte de algumas excelentes que ela já consagra, e que estão revogadas por leis ordinárias, ou pelo desuso, e mortas sem ressurreição possível, enquanto subsistir o duro e injusto contrato do *ut des, e facio ut facias*, há cinco anos celebrado sob o nome de Política dos Governadores, entre estes e o Presidente da República, e não forem desmontadas as oligarquias que assaltaram o poder e exploram o país, quase desde o princípio do novo regime.<sup>108</sup>

Outro fator que o nosso sujeito histórico questiona é a política eleitoral minoritária. Nesse sentido, Rodrigues aponta que as oligarquias dominantes nos estados, na figura dos governadores, são quem conduzem a elegibilidade dos representantes políticos estaduais e dos votantes para elegê-los. Logo, conclui-se que essas autoridades qualificam eleitores e representantes que pertençam ao seu partido, e que garantam os seus interesses.

Nesse sentido, Rodrigues compara a nossa política à anglo-saxônica, afirmando que para que a nação brasileira seja politicamente bem constituída, devem ser substituídos os maus costumes sociais impregnados na nossa cultura. Baseia-se nos saxões para afirmar que, diferentemente da política brasileira, esses povos educam suas gerações para bem conduzirem as nações como bons representantes. Sendo assim, não caem em armadilhas de interesse próprios, como acabara de presenciar a nação brasileira com a república instaurada.

O nosso político-intelectual ainda estabelece uma escrita tendo em vista denunciar a maneira como a nossa política está mantendo relações exteriores desenfreadas. Nesse caso, Rodrigues afirma ter medo dos empréstimos e das contas públicas da nação acabar tornando o Brasil submisso aos mandos e desmando dos países estrangeiros. Nessa linha de pensamento o nosso sujeito histórico aponta que “cada nova dívida externa cerceia a nossa independência, e ameaça-nos de sermos presa dos povos que produzem mais do que consomem [...]”.<sup>109</sup>

Rodrigues critica duramente a política republicana que se institui por organizar a sociedade tendo em vista satisfazer interesses privados. Afirma que diante da situação em que se encontra o Brasil, o melhor caminho é que os brasileiros tomem consciência das suas

---

<sup>108</sup>RODRIGUES, Op. cit., p. 56-57.

<sup>109</sup>Ibidem, p. 86.

condições de submissos e questionem o regime que na verdade prejudica a nação em vez de beneficiá-la em nome do bem comum.<sup>110</sup>

Ao estabelecer esse pensamento, Rodrigues começa lançar perspectivas de um novo tempo após a desilusão da nova política. Percebe-se que o nosso político-intelectual visa aplicar o real conceito de república à nação brasileira. Isso é perceptível quando pretende desestruturar o sistema de interesses por meio da conscientização política da sociedade brasileira de então, como vimos.

Para fazer isso Rodrigues critica e denuncia as oligarquias dominantes do poder político no Brasil pós-república. O nosso sujeito histórico afirma que essas não permitindo a manifestação de opiniões partidárias contrárias, ferem o real significado de um regime republicano. Para falar sobre isso se baseia em Montesquieu e as suas propostas iluministas, além de citar uma passagem de Bluntschili, onde este esclarece que “os partidos políticos manifestam-se onde quer que a vida política mova-se livremente. Eles só desaparecem nos povos preguiçosamente indiferentes aos negócios públicos, ou oprimidos por um poder violento. Sua ausência é, pois, um sinal de incapacidade ou de opressão”.

Nessa citação podemos perceber que a própria sociedade também tem culpa da situação de serem oprimidos. Rodrigues confirma essa ideia apontando que no Brasil republicano tanto a situação de opressão exercida pela elite como a apatia popular em não participar das questões política são responsáveis pela ineficácia do sistema.

O nosso sujeito histórico cita o caso da sua viagem a países onde acredita serem eficazes os sistemas políticos republicanos. Segundo o mesmo, para que funcione de fato um sistema como o que acabara de se instaurar no Brasil devem ser considerados alguns importantes quesitos. Mediante sua experiência nas repúblicas em que esteve, para que esse regime se concretize na prática, a república deve ser:

[...] feita e mantida por um povo, onde cada cidadão considera-se parte nas questões que interessam a todos, onde o governo é tão barato como honesto, e renova-se em período muito mais curto do que o nosso, e os governantes continuam dez anos [...]; porque o eleitorado é tão capaz que sabe escolher os melhores, e estes são tão patriotas que sacrificam seus interesses ao sufrágio, quase unânime, depois de uma declaração solene do propósito do sufragado não aceitar a eleição;<sup>111</sup>

Ao fim da passagem o nosso político-intelectual lança um questionamento: “[...] quem viu tudo isso, repito, pode acreditar em República, onde não há republicanos?”<sup>112</sup>. Nesse caso,

---

<sup>110</sup>RODRIGUES, Op. cit., p. 92-93.

<sup>111</sup>Ibidem, p. 107.

<sup>112</sup>Ibidem.

ao passar por experiências em regimes republicanos que funcionam, Rodrigues critica o fato de que no Brasil de longe se tem um regime que na prática exerce a teoria. A população brasileira e os seus representantes em nada cumprem alternativas de funcionalidade do sistema republicano como as listadas acima.

Ao responder a questionamentos dos seus opositores na Tribuna do Estado sobre os seus posicionamentos políticos Rodrigues nos finda com uma ideia que já vinha trabalhando nas próprias cartas que analisamos anteriormente. Na transição do Império para a República o nosso sujeito histórico se diz favorável à abolição, logo conseqüentemente adepto à República. É questionado por isso ao querer estabelecer o retorno ao Império.

A justificativa de Rodrigues para essa investida seria motivada pela maneira imediata como essa república se instaurou. Nosso político-intelectual confirma no seu livro aquilo que havia destinado ao Imperador em suas cartas. Segundo o mesmo, era inevitável o fim do Império, porém uma transição impensada e sem planejamento na verdade alimentava aqueles que estavam à frente dos interesses dessa transição.<sup>113</sup>

Rodrigues se diz favorável a um regime republicano que se dispõe a exercer na prática aquilo que se pensa para tal política. Um governo que valorize a nação brasileira íntegra. Logo, um Brasil em que sejam postos em evidência os interesses dos seus cidadãos. Nesse caso, as necessidades da própria população em detrimento dos interesses privados. Segundo ele, como afirma ironicamente para denunciar a situação do Brasil, deve-se aplicar no país um regime que não pratique:

[...] uma democracia sem eleições, ou eleições de analfabetos, feitas pelos chefes locais em suas casas, ou [...] República monopolizada por uma oligarquia geográfica, de mão leve e pé ligeiro, cujos únicos laços de união com o resto do país reduzem-se ao supremo poder, ao tesouro público, e a um banco particular, convertido em sucursal daquele, pela violência contra a propriedade dos acionistas, ou pela necessidade sinistra de um escoadouro seguro dos impostos, sem o visto do Tribunal de Contas.<sup>114</sup>

O fato é que depois de instalada a República no Brasil nos deparamos justamente com essa lista de posturas políticas que em nada seguem uma linha justa de aplicabilidade daquilo que realmente seria um princípio republicano. Para o nosso sujeito histórico, para que a nação pudesse sair dessa crise política em que estava metida, o povo brasileiro devia se movimentar em favor de uma restauração dos princípios imperiais. Não como forma de voltar ao Imperialismo, mas como uma alternativa para que com o tempo a situação da nação se resolva sem que aconteça o que ele considera risco de uma anarquia.

---

<sup>113</sup>RODRIGUES, Op. cit., p. 118.

<sup>114</sup>Ibidem, p. 126.

Nesse caso, para Rodrigues, dever-se-ia restaurar o sistema imperial, retirando do poder as oligarquias que se firmaram nas variadas regiões do território no pós-golpe. Posteriormente, acreditava que os representantes políticos, após formados como bons governantes e depois de um tempo de planejamento, pensassem na melhor maneira de conduzir a transição de regime. Assim se estabeleceria de fato uma república brasileira que valorizasse os princípios de uma nação comum a todos.

Em uma crítica que faz ao novo Jornal ‘O Piauí’, como resposta a questionamentos desses, Rodrigues confirma isso. O nosso político-intelectual afirma que diante dessa situação em que o país se encontra nada se pode esperar desse regime republicano de fachada. Para ele, “o princípio vital desta forma de governo é essa virtude, cada vez mais rara, que consiste em preferir os interesses comuns aos particulares, e respeitar igualmente aos direitos individuais. A sua mola central é o sufrágio do eleitor, que representa no regimen o soberano do país”.<sup>115</sup>

Isso finda aquilo que o nosso personagem pensa após adequar sua maneira de pensar e agir aos ideais liberais republicanos. Percebemos o trajeto de chegada de Rodrigues ao seu firmamento em um novo tempo. Suas propostas de uma República que funcione nos deixam claros os seus pesares acerca das experiências que se sucederam no Brasil com um sistema político que na verdade não se estabeleceu em prática.

---

<sup>115</sup>RODRIGUES, Op. cit., p. 145.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem do Império para o regime republicano significou, para além de uma simples troca de concentração de poder entre grupos de interesses políticos, uma mudança no próprio pensamento. Como vimos no primeiro capítulo, em diferentes tempos históricos as condições estruturais acabam impulsionando a condução de movimentação para mudanças. Isso aconteceu com a experiência colonial, na época do Brasil regencial e na própria virada para a República.

Como vimos ainda nesse capítulo, durante a segunda metade do século XIX o Brasil está arregimentado em dois principais grupos políticos de interesses. Percebemos o embate entre conservadores e liberais. Ambos recebendo em finais do XIX um considerável desenvolvimento de outro polo político, o republicanismo em expansão. Todos influenciados pelos pensamentos liberalistas que se ampliavam no período e conduziam revoluções no pensar e no agir.

Pudemos perceber de maneira particular no segundo capítulo que na província do Piauí concretizam-se as disputas entre esses grupos políticos, principalmente arregimentados entre as famílias de poder local. Os jornais eram os meios condutores das rivalidades políticas entre liberais, conservadores e republicanos. Antônio Coelho Rodrigues em início de carreira defende-se e defende o Partido Conservador de críticas e ataques vindos de jornais oposicionistas. Assim como atacava tais periódicos.

Curioso perceber é que durante certo período de tempo o nosso sujeito histórico incorpora elementos liberais aos seus interesses. Impulsionado pelas circunstâncias em curso no período, passa a pensar e agir de acordo com as alas menos conservadoras da nação e da província. Por conta disso passa a ser criticado pelo próprio Jornal em que atuava antes como diretor e redator.

No capítulo três pudemos analisar de fato a consolidação de um pensamento de Rodrigues quanto à política que se deve praticar no Brasil. O nosso político-intelectual faz ponderações do que considera importante para que a República de fato seja consolidada sem problemas aparentes. Faz duras críticas à maneira como o Imperador pretende deixar que a transição de regime acontecesse, assim como critica o regime republicano que na verdade não se estabeleceu como no campo do pensamento idealizado.

Logo, como pudemos perceber no decorrer deste trabalho, Antônio Coelho Rodrigues acompanha o curso do jogo político de suas temporalidades. De maneira geral, o Brasil passa por circunstâncias de tempos diversas. O nosso personagem acabou refletindo as variadas

posturas de que fez parte durante o decorrer da sua vida política no Império e na posterior República.

No Brasil imperial as disputas políticas envolvendo conservadores e liberais operacionalizou uma discussão em torno da vitaliciedade do regime monárquico conservador. A política local torna-se reflexo do que estava se sucedendo em âmbito nacional. Como vimos, os jornais de tendências políticas da província do Piauí empregam nos seus conteúdos visões variadas que evidenciam as suas posturas assumidas diante da situação do Brasil, seja em defesa ou questionando a política imperial brasileira.

Na sua passagem pelo Jornal ‘O Piauí’, Rodrigues nos proporciona percebê-lo dentro de dois tempos. Inicia enquanto defensor do conservadorismo político do Império. Questiona os interesses liberais de então na sua província. Posteriormente nos deparamos com o próprio periódico de que fez parte criticando o nosso personagem por conta da sua mudança de posicionamento político. Torna-se agora “propagador” de ideias liberais republicanas.

Em anos próximos à instauração e com a República já consolidada pudemos evidenciar um Rodrigues pensando e agindo em prol de um ideal que o aproxima de um republicano. Questiona a maneira como se pretende realizar a transição e o fim que levou as circunstâncias daquele tempo. Nesse caso, percebemos nosso sujeito histórico interessando em apresentar uma proposta republicana mediante as falhas consolidadas com a política que em prática não aconteceu.

Logo, nesse trabalho percebemos, mediante as discussões, que Rodrigues ruma por diferentes caminhos, mediante as circunstâncias do seu tempo. Inicia sua vida como conservador, incorpora elementos liberais aos seus interesses, e finda lançando seus ideários republicanos. É um político agente da sua temporalidade e influenciado pelas mudanças desta. É um ser ‘camaleônico’ que acaba se adequando bem às alterações do meio em que se encontra no decorrer do seu tempo histórico.

## FONTES DE PESQUISA

Jornal 'O Piauí', de 1869 a 1873 (São considerados principalmente os discursos que envolvem o político Antônio Coelho Rodrigues nesse Jornal). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217204&pesq=>.

RODRIGUES, Antônio Coelho. Manual do súbdito fiel, ou cartas de um lavrador a sua magestade o imperador. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1884. Disponível em: [file:///D:/Um%20súbdito%20fiel%20%20ruptura%20e%20continuidade%20na%20transição%20da%20Monarquia%20para%20a%20República%20no%20Brasil%20\\_.pdf](file:///D:/Um%20súbdito%20fiel%20%20ruptura%20e%20continuidade%20na%20transição%20da%20Monarquia%20para%20a%20República%20no%20Brasil%20_.pdf).

RODRIGUES, Antônio Coelho. A República na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecido aos latino-americanos, 1906. Brasília: Senado Federal, 2016 (Edições do Senado Federal – Volume 231). Disponível em: [file:///D:/001081044\\_Republica\\_America\\_Sul.pdf](file:///D:/001081044_Republica_America_Sul.pdf).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, A. **Idéias em Movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAUJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império**: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866, Teresina: Edufpi, 2011.
- ARAÚJO, V. L. **A Experiência do Tempo**: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845). 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec. 2008.
- BORBA, Pedro dos Santos de. **O Brasil do Império à República**: Economia e política externa na transição hegemônica mundial. *Cadernos de relações internacionais*, PUC Rio, v. 04, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17778/17778.PDFXXvmi=>. Acesso em: 09/jun/2019.
- CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira. **Família Coelho Rodrigues**; passado e presente. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1998.
- CARVALHO, L. M. **Mulheres do século XIX e o Projeto de Código Civil escrito por Antônio Coelho Rodrigues**. 2011. Graduação em História – Universidade Federal do Piauí – Picos – PI.
- CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. SP: Cia das Letras, 1990.
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**. 8. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.
- FIGUEIREDO, Marcelo. **Transição do Brasil Império à República Velha**. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. v. 13, n. 26, pp. 119-145, 2011. Cit. p. 122-123. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1378/1258>. Acesso em: 09/jun/2019.
- MOURA, M. R. **A formação da nação brasileira segundo Antonio Coelho Rodrigues**: Discussões acerca dos meios e caminhos para a soberania nacional. 2014. Graduação em História – Universidade Federal do Piauí – Picos – PI.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo).
- NAPOLITANO, M. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

NASCIMENTO, R. C. S. **Abolicionistas de ideia e de coração?** Abolição na perspectiva de Antônio Coelho Rodrigues 1884. 2011. Graduação em História – Universidade Federal do Piauí – Picos – PI.

PESSOA, R. C. **A ideia republicana através dos documentos.** São Paulo: 1973.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas e Hygino Cunha e as tiranias do tempo.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Contribuições ao estudo institucional da comunicação.** Teresina: Ed. UFPI, 1996.

SILVA, M. P; FRANCO, G. Y. **Imprensa e política no Brasil.** *Revista história em reflexão*, UFGD – Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, 2010.

VITAL, Dievani Lopes. **Uma reavaliação da história do movimento republicano no Império do Brasil através de suas inspirações francesas.** *ANPHU*, Brasília, p. 1-17, 2017. Disponível

em:[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502132721\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnphuBrasilia2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502132721_ARQUIVO_ArtigoAnphuBrasilia2017.pdf). Acesso em: 15/abril/2019.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( **X** ) Monografia  
( ) Artigo

Eu, **ÍTALO BRUNO ARAÚJO DAMASCENO**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **O TEMPO REVELA NOVOS RUMOS: IDEÁRIO REPUBLICANO SOB A ÓTICA ‘CAMALEÔNICA’ DE ANTÔNIO COELHO RODRIGUES** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 25 de setembro de 2019.

Ítalo Bruno Araújo Damasceno

Assinatura